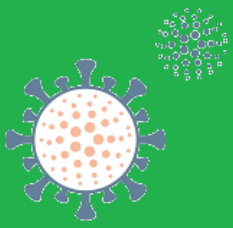
COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS







# ENSAIOS SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

**ELÓI MARTINS SENHORAS**
**ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ**
**(organizadores)**

**2021**

# ENSAIOS SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19




**Volume 90**

# ENSAIOS SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

**ELÓI MARTINS SENHORAS**
**ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ**
***(organizadores)***




BOA VISTA/RR
2021

**Editora IOLE**

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.




EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Marcos de Lima Gomes

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se3 SENHORAS, Elói Martins; PAZ, Ana Célia de Oliveira (organizadores).

Ensaios sobre a Educação em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 135 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas, vol. 90. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993559-2-9
DOI: http://doi.org/10.5281/zenodo.4448426

1 - Brasil. 2 - COVID-19. 3 - Educação. 4 - Pandemia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Educação. IV - Série

CDD – 370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



# EDITORIAL

A “Coleção Comunicação & Políticas Públicas”, vinculada à Editora IOLE, tem o objetivo de divulgar livros, de caráter didático e relevância científica e social, produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da práxis em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Elói Martins Senhoras*
(Organizador da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

*A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.*

**John Dewel**

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
Efeitos da pandemia da COVID-19 na educação básica brasileira 15

CAPÍTULO 2 |
Educação Especial e a COVID-19: aprendizagens em tempos de isolamento social 39

CAPÍTULO 3 |
Política Educacional e Pandemia: reconfigurações e impactos na gestão municipal no estado da Bahia 65

CAPÍTULO 4 |
Analfabetismo e a pandemia da COVID-19 81

CAPÍTULO 5 |
A nova normalidade e os impactos no âmbito universitário 105

SOBRE OS AUTORES | 125

# INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO

A difusão da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) trouxe amplos impactos de natureza complexa e multifacetada na realidade humana, repercutindo em transformações significativas no dia-a-dia em diferentes campos, inclusive no educacional.

Partindo da análise crítica sobre as transformações engendradas pelos novos protocolos sanitários no campo educacional diante da pandemia multilateral de um novo coronavírus é que, surge de modo oportunista, o presente livro "Ensaios sobre a Educação em tempos de COVID-19".

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto seleto de educadores e pesquisadores, esta obra tem como objetivo analisar a nova realidade educacional no contexto da pandemia da COVID-19 a partir de um criterioso olhar, fundamentado na capacidade dialógica e na pluralidade temática.

Os debates fornecidos por este livro compilam uma reflexão desenvolvida em rede de modo colaborativo e que é amalgamado pela pluralidade do pensamento e pela diversidade de experiências de profissionais oriundos de instituições público e privadas de ensino do Brasil e da Colômbia.

Por um lado, no recorte metodológico, a agenda exploratória, descritiva e explicativa desta obra foi alicerçada em uma convergente triangulação metodológica qualitativa de procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados e de hermenêutica educacional na análise de dados.

Por outro lado, no recorte teórico, os principais marcos epistemológicos utilizados trazem um pluralismo teórico e

conceitual que se fundamenta nos paradigmas reflexionista e socio-construtivista, repercutindo em uma análise em que os sujeitos sociais têm voz ativa nos processos educacionais.

Organizado em cinco capítulos, o presente livro traz como temas centrais de discussão, no contexto dos impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, as agendas de investigação sobre isolamento social, ensino remoto, Ensino Básico e Superior, Educação Especial, Educação e analfabetismo, bem como sobre a política educacional e a gestão subnacional.

Fruto de um olhar crítico e reflexivo sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre as realidades educacionais dos sujeitos sociais, o presente livro apresenta um panorâmico debate sobre dilemas e estratégias existentes no campo educacional desde o Ensino Básico até o Superior, razão pela qual é indicado para apreciação de um amplo público interessado.

Excelente leitura!

*Prof. Dr. Elói Martins Senhoras*

*Profa. Dra. Ana Célia de Oliveira Paz*

(organizadores)

# CAPÍTULO 1

*Efeitos da pandemia da COVID-19*
*na Educação Básica brasileira*

# EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

*Mariana Oliveira da Costa Resende*

*Luciana Mara Gonçalves Araújo*

*Max André de Araújo Ferreira*

A propagação do coronavírus e seu contágio planetário em massa, embora se trate de uma questão de saúde pública, atingiu a conjuntura mundial em suas mais diversas áreas, ocasionando, de modo consequente, impactos na economia, política, social e, com efeitos estendidos ao campo educacional.

Ganha proeminência nas discussões sobre a pandemia da COVID 19 questões já existentes no ensino presencial, o agravamento dessas questões, e, por consequência, a antecipação, entre outras coisas, na formação docente nesse "repensar" o ensino no que diz respeito às práticas pedagógicas.

A paralisação compulsória trouxe ao centro do debate educacional as práticas metodológicas mais eficientes nesse momento de isolamento, como também demandas por parte dos professores como a proatividade em testar, predisposição para inovar, competência para sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos através do uso de tecnologias educacionais.

Desse modo, a proposta desse capítulo caminha para uma discussão contínua, que vai além de recomendações abstratas para uma sólida formação de docentes capaz de interagir teoria e prática e uso da interdisciplinaridade conjuntamente com meios tecnológicos.

Nessa formação, deixar de considerar as diferenças econômicas, sociais e culturais que assolam o país pode direcionar à formulação de um modelo abstrato inviável caracterizado por um profissional guarnecido de determinadas qualidades como sendo um modelo ideal de formação e que a arte de ensinar fosse codificável em um conjunto de prescrições e, quando seguidas à risca, faria de uma pessoa interessada em um professor competente.

Por fim, os efeitos nocivos da pandemia evidenciaram e chamaram atenção para as desigualdades, trazendo à luz o quanto há por se fazer até que se alcance um estágio de equidade no que diz respeito à educação, fazendo valer o que determina a Constituição Federal do Brasil, a qual garante o acesso igualitário à educação como um direito social.

Antes de mais nada, é necessário reconhecer a complexidade envolvendo a realidade do tema e o trabalho docente. Diante disto, será preciso uma visão apurada, para uma melhor compreensão do assunto, tal compreensão conecta-se ao princípio sistémico organizacional no qual explica que um sistema é uma unidade global organizada por inter-relações (MORIN, 1997).

Sendo assim, não poderá ser entendido de forma fragmentada devido a complexidade que os entrelaçam. Pois segundo Morin (1999), "tudo que isola um objeto, destrói a sua realidade". Deste modo, a pesquisa trata de forma interdisciplinar dialogando com diversas áreas do conhecimento, trazendo com isto um olhar sob diversos ângulos do coronavírus no ambiente escolar.

Com isto, os primeiros meses do ano de 2020 foram marcados com o anúncio feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito de um vírus infeccioso denominado por SARS-CoV-2, responsável pela difusão da pandemia da Doença do Coronavírus 2019 – COVID-19 (SENHORAS, 2020), tendo o seu início na cidade de Wuhan, na China espalhando-se rapidamente por

todo mundo, sendo esse o responsável por r em risco a vida de milhões de pessoas.

Neste sentido, o Brasil adotou medidas em diversos âmbitos de sua governabilidade, seguindo a tendência mundial. Em todo o território brasileiro, redes públicas e privadas interromperam o funcionamento presencial entre outras ações, transferindo as aulas e outras atividades pedagógicas para o formato a distância (CRUZ *et al.*, 2020, p. 3).

Com a eclosão deste cenário, a atual conjuntura e o "novo normal[1]" estabelecido na sociedade mundial, surtem reflexos na paralização das aulas escolares no modelo presencial a favor da saúde e da vida em 2020, surgem certas inquietações sob aspectos relevantes, envolvendo o panorama da Educação Básica do Brasil antes da crise deflagrada pelo novo coronavírus.

Em uma visão holística, percebe-se a migração gradativa de um ensino tradicional, executado por meios tradicionais, para um ensino mais *hitech*[2] com base em alta tecnologia. Devido a essa mudança, foi necessário que toda a comunidade acadêmica refletisse a esse novo cenário forçado pela pandemia do novo coronavírus.

Nesse contexto de COVID-19, foram necessárias reflexões emergenciais do ponto de vista da sala de aula, no tocante ao desenvolvimento de métodos de ensino e aprendizagem diante de um cenário de desigualdades sociais que refletiram em todos os

[1] A expressão "novo normal" é formada pela junção do adjetivo "novo" mais o substantivo "normal". No seu conjunto enquanto um conceito que busca abarcar as condições que a nossa sobrevivência durante e pós-pandemia vem sendo empregada nos mais diferentes tipos de textos e nos mais textos nos mais diversos campos e plataformas.

[2] A geração *hi-tech*, é a fase do pós-modernismo (era da computação), é um termo inglês que traduzindo para o português significa alta tecnologia.

indivíduos que demandam os serviços educacionais, colocando em evidências as lacunas existentes na estrutura pedagógica do Brasil.

Após compreendermos o momento vivido é importante trazer o contexto brasileiro, sob o olhar "visto de baixo", observando que a cada mudança sofrida na sociedade, desdobram-se significativos impactos no espaço escolar. Com os reflexos iniciados na Educação Básica até o ensino superior o que se percebe é que são provocados conflitos em diferentes ordens, resultando com isso, indagações entre estudiosos a respeito do real sentido da escola.

Desse modo, sob a percepção da "história vista de baixo" do historiador Thompson (1980), é colocado em evidência a história de homens e mulheres considerados comuns na sociedade, como é o caso de muitos professores brasileiros, sujeitos estes que serão melhor tratados, por meio de suas experiências docentes no espaço escolar.

Desta forma, a história desses educadores, conhecidos como coadjuvantes na sociedade, contribuem para o processo histórico da educação nacional, visto que, esses podem vir a ser, um dos elementos que mais contribuem para possíveis prejuízos no processo educacional. Haja vista, que a falta de estrutura no seu ofício, reverbera diretamente na qualidade do ensino para a sociedade em geral.

Diante desta percepção, Porto (2013) ressalta que o cotidiano docente no atual mundo globalizado é marcado por constantes transformações, trazendo desafios entre o saber e o fazer, na construção da sua prática e planejamento, no que tange as mudanças tecnológicas no espaço escolar, exigindo que o professor seja flexível e criativo para que possa adapta-se a este novo cenário.

Maurício (2018, p. 45) descreve que, no século XXI ainda existem questões de conflitos envolvendo o professor no uso de

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Diante disto, Kenski (1998, p. 70) esclarece, que todos os professores que já "cruzaram a fronteira", ou seja, que procuraram relacionar-se com as novas tecnologias educativas, apresentam queixas comuns na adaptação de pacotes e serviços pedagógicos nas escolas.

Marc Prensky (2001) em convergência com Kenski (1998), denomina o professor nascido no século XX como imigrante digital. Neste sentido, o imigrante digital, ao nascer, não está socializado de imediato com o universo tecnológico, necessitando aprender a utilizá-la posteriormente. Essa nos parece ser o lugar de fala desse professor no momento, em que esse aprende como superar as barreiras tecnológicas digitais que lhe foram impostas.

Em contrapartida, no século XXI, foi presenciado o nascimento de uma nova geração imersa no mundo tecnológico, e que naturalmente transita entre o mundo real e o virtual, sendo chamado pelo autor como *nativos digitais,* falantes nativos digital do universo virtual (COSTA, 2016 *apud* KENSKI 2011, p. 5). Temos, portanto, um cenário entre estabelecidos e outsiders convivendo de forma intensa no cenário educacional.

Diante deste contexto, Carraturi, (2018) reitera que, as tecnologias são meios fundamentais para que sejam atingidos os fins educacionais na escola básica. Porém a professora ressalta que "não há vento que ajude um barco sem rumo", na ausência de projetos das ações educativas, expressando a necessidade de recursos tecnológicos efetivos para que a educação brasileira saia do campo das expectativas e da mediocridade (ESTUDOS; APARENTES; REAIS, 2018, p. 39).

Sob este olhar, observamos mudanças importantes no cenário da Educação Básica brasileira contemporânea. Mendonça (2011, p. 342) salienta que, "a escola na sociedade atual ainda provoca críticas de toda ordem. Há aquelas que ressaltam a sua

inadequação às novas demandas sociais. Outras lamentam o abandono de seu *status* de transmissora de conhecimentos".

Como se pode notar, os temas que perpassam pela educação são complexos. Neste sentido, constata-se a dificuldade em manter o nivelamento no ambiente escolar. Pimenta (2002, p. 22) ressalta que "o acesso à informação não se dá igualmente a todos os cidadãos". O autor destaca, portanto, que o cenário da educação brasileira, reforça essa relação entre docentes e discentes na questão tecnológica.

Com isto, passaremos a discutir sobre o cenário docente antes da pandemia. Mediante a inserção da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) no espaço escolar. Exercendo fortes influências e desafios quanto a disponibilidade desses recursos tecnológicos considerados importantes para trabalho pedagógico.

## DINAMISMO PEDAGÓGICO: TECNOLOGIA NO TRABALHO DOCENTE ATÉ A PANDEMIA

Vivemos um tempo de novas práticas educativas devido aos avanços da ciência da computação, trazendo mais agilidade nas informações por meio das novas tecnologias. Diante disto, Vygotsky (2010. p, 140) pontua que, "Se não houvesse nada para mudar, não haveria nada para educar". Essa afirmação revela novos desafios e conflitos no trabalho docente do cenário da educação brasileira.

O autor ressalta que, "Basta mudar o meio social para que se mude incontinenti o comportamento do homem". Assim sendo, Marques (2019, p. 11), pontua que a cultura é "parte da concepção de homem para percepção bem mais complexa, que envolve os

aspectos sociais, influenciado por ações que determinam a convivência entre indivíduos e suas regras".

Diante disto, Santaella (2003, p. 23) ressalta que, as novas tecnologias da informação e comunicação estão no lugar-comum, transformando não apenas as formas de lazer e de entretenimento, mas todos os outros aspectos da sociedade, mudando com isto, toda a cultura da sociedade atual, não ficando de fora, portanto, o ambiente educacional.

Segundo Lucena (2016, p. 279) a inserção da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) desde o século XX, potencializaram novas comunicações, e formas de aprendizagem, disseminando conteúdos e culturas digitais. Essa parece ser uma ideia defendida por diversos pedagogos ao afirmar que a disseminação do conhecimento perpassa pelos TICs.

Deste modo, Costa (2016, p. 25) corrobora com Lucena (2016) ao ressaltar que, "a forma de construir e internalizar o conhecimento sofreu alterações, e a escola neste sentido, não é mais o único espaço de construção do saber". Com isto, a presença das mídias sociais no contexto escolar, mudou a forma de comunicação e construção de saberes, com inserção de aplicativos.

A inserção desses canais digitais, proporcionam alguns fenômenos no contexto escolar, sendo necessário, portanto, acompanhar esse processo de forma mais direta por parte da comunidade escolar. Esses precisam repensar como essas novas tecnologias, podem acarretar em dificuldades para o professor, fazendo com que se repense suas práticas pedagógicas (COSTA, 2016, p. 25).

Paralelo a isso, a educação da nova geração de alunos olhando pelo retrovisor tornou-se insustentável. As cartilhas do século passado estão obsoletas e como estes alunos nasceram em um mundo dominado pela tecnologia, têm acesso a informações

instantaneamente, vindas de todas as formas e lugares, como também por diversos canais.

Estamos em 2020 e praticamente todos os alunos que hoje estão cursando o ensino básico nasceram no século XXI e conviveram de forma natural com a *internet.* Em contrapartida, muitos professores atuantes estudaram em enciclopédias e livros em um formato de *copy and paste mental*. Percebe-se com isso que a era digital proporcionou inúmeras mudanças para a sociedade, entre elas, um enorme *gap* geracional.

O quadro 1 traz uma abordagem sobre a classificação das gerações e suas respectivas características tecnológicas. A análise das gerações é feita de acordo com o uso das tecnologias pelos indivíduos e das relações entre elas. Cada geração possui características únicas que estão diretamente ligadas ao seu comportamento, costumes e valores.

Gerações, tecnologias e educação são conceitos entrelaçados que se faz necessário identificá-los e descrevê-los para que se entenda os conflitos que permeiam entre eles na sala de aula. As mudanças nas gerações e nas tecnologias podem proporcionar novas possibilidades para o sucesso do binômio ensino aprendizagem, mas ao mesmo tempo ampliar a lacuna entre gerações.

Diante destes desafios envolvendo a educação, Lucena (2016) descreve que o TIC teve o seu início no espaço escolar em 1997, por conta das políticas públicas e o incentivo a criação de laboratórios de informática nas escolas, com o uso de *notebooks, tablets* e lousas digitais. A autora salienta que esse foi um importante passo para pensar o cenário atual.

Ainda conforme a autora, tais elementos poderiam nos levar a imaginar que o problema relacionado a tecnologia nas escolas públicas estaria resolvido. Contudo, contrariando as expectativas do governo, o investimento depositado na compra dessa tecnologia,

não surtiu o efeito esperado para a melhoria da qualidade da educação.

**Quadro 1 - Linha do Tempo Geracional**

| *Período* | *Características Tecnológicas do Período* |
|---|---|
| 1925 a 1942 | A chamada geração "Silenciosa" foi afetada pela 2a Guerra Mundial e é caracterizada por valorizar o dever, a honra, o trabalho e as regras. |
| 1943 a 1960 | A geração dos *"baby boomers"* é composta por pessoas que nasceram depois da grande guerra, em um clima de segurança e prosperidade, e tem como característica a concentração no crescimento individual. |
| 1961 a 1981 | A geração "X", também chamada de "geração transgressora" ou "questionadora", viu nascer a internet (cuja chegada ao Brasil foi em 1988), o computador, o e-mail, o celular |
| 1982 a 2002 | A geração "Y" ou "Milenials" presenciou a maior escalada da tecnologia. Aprenderam a viver num mundo onde prevalece a rapidez da informação, a instantaneidade e a conexão. |
| 2003 a 2012 | A geração "Z" é formada por pessoas nascidas após o surgimento da internet, ou seja, nunca viveram em um mundo sem tecnologia. |

Fonte: HOWE; STRAUS (2000).

Dessa forma, a autora ainda ressalta que a falta de adequação da infraestrutura escolar, tanto no espaço físico, quanto na melhoria da rede elétrica e da própria viabilidade do acesso à internet interferiram na qualidade da educação. O que se percebe, é que as escolas localizadas nos grandes centros eram tratadas de uma forma e as localizadas em regiões periféricas possuíam outro tratamento.

Não podemos deixar de lembrar que desde o final de século XX, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN - Lei

nº 9394/1996), estabeleceu elementos para o uso de tecnologias, desde a Educação Básica em diante, reconhecendo a sua importância para formação cidadã na sociedade. O que se percebe no cenário pandêmico é que toda essa legislação parece ter sido ignorada por parte dos governantes (BRASIL, 1996).

Esse fato se concretiza, uma vez que, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN destaca "a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação as novas tecnologias da informação e se instrumentalizem para as demandas sociais presentes e futuras" (BRASIL, 1998, p. 96).

No entanto, o referido documento do PCN (1998) ao descrever sobre a necessidade de informatizar o Ensino Fundamental como um recurso importante no trabalho docente, na constituição da aprendizagem do alunado, também faz a ressalva que, a ideia "pode parecer descabida perante as reais condições das escolas, pois muitos não tem sequer um giz para trabalhar" (BRASIL, 1998).

Neste sentido, o PCN salienta a preocupação com as questões relacionadas as desigualdades sociais ainda presentes atualmente, exigindo um posicionamento mais efetivos e investimentos para que se cumpra as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Outro ponto que merece destaque está em Lucena (2016, p. 278) ao enfatizar que "é preciso pensar na formação de professores, no currículo e na gestão da escola, que precisará desenvolver outras formas de interagir com os alunos frente ao uso das TIC". A autora não discute apenas a inserção dos TICs no ambiente escolar, mas, os indivíduos que também fazem essa escola.

Diante deste contexto, Barroso (2019) entende que a Educação Básica brasileira possui um atraso em diversos elementos.

Sendo o trabalho do professor, atualmente, complexo e que envolve diversas questões, sendo essas: a atratividade da carreira do professor, sua formação, a remuneração, as condições de trabalho e a formação continuada na Educação Básica.

Observamos então que a inserção de novas culturas digitais no espaço escolar é complexo e possui como principal elemento de discussão, o uso do TIC como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Tais abordagens necessitam de uma reorganização das estruturas educacionais vigentes para que se consiga alcançar melhores resultados para nova geração.

Diante disto, passaremos para próxima sessão onde trataremos sobre o cenário da educação brasileira durante a pandemia causada por um vírus letal a humanidade, transformando os espaços geográficos e influenciando novos comportamentos sociais. Deixando em evidência as desigualdades já existentes no país, e a necessidade de novas práticas pedagógicas no isolamento social.

## O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA: TERRITÓRIO DE MUDANÇA

Um dia, quando professores forem levados a explicar o ano de 2020 aos seus alunos, esses farão uma analogia no sentido de idealizar como se deu o processo de ensino fora da sala de aula. O isolamento social e a nova rotina imposta pelo coronavírus, transformou a sala de casa em escola para muitos professores, e o quarto de dormir em sala de aula para alunos de todo o mundo.

Como indivíduos que vivenciam esse momento, cabe a nós refletir sobre a migração que vem ocorrendo no território educacional durante a pandemia. Para ajudar nessa reflexão, surge

a construção da concepção de espaço-tempo na perspectiva escolar. Deste modo, o estudo de Lopes (2010, p. 24) ao referenciar Milton Santos (1996) no conceito de espaço-tempo, salienta que, o espaço evolui em um determinado tempo historicamente construído.

A constituição sobre a ideia de espaço evoluído no arcabouço de um tempo histórico pandêmico e de isolamento social, há de nos trazer questionamentos. Dialogando com o estudo de Santos (1996), Lopes (2010) compreende toda essa trama, como a existência de "rupturas temporais", pois para o autor, uma ruptura não é a mesma coisa que evolução.

Neste sentido, Lopes (2010, p. 24) salienta que, na ruptura, os modelos são concebidos e reelaborados, e isso ocorre entre um período e outro, sendo na sociedade, o principal fator condicionante, com os modelos organizados de modo conjunto e estrutural, formando as economias, as adversidades climáticas e políticas.

Esse nos parece ser o momento que a Educação Básica brasileira vivencia. Onde todas as comunidades escolares do mundo foram afetadas, diante das emergências impostas pelo coronavírus, refletindo na mudança nos sistemas educacionais passando do modelo presencial para o modelo remoto, diante de medida provisória (MP) impostas pelo Governo Federal.

Surge, neste contexto, a Portaria nº 343, em 17 de março de (2020), autorizando em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por aulas em meios tecnológicos de informação e comunicação, enquanto durar a pandemia imposta pela COVID-19. Cruz (2020, p. 7) ressalta que, a "MP flexibiliza o cumprimento dos 200 dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima anual de cada etapa definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)".

Diante disto, saímos do modelo que utiliza giz, quadro negro e biblioteca simples. E adentrando em um período de utilização

massiva de instrumentos tecnológicos e outros recursos (LOPES, 2010, p. 91). Mediante a essa transição, torna-se necessário a criação de um plano de intervenção pedagógica que atenda as dificuldades que podem surgir ao longo do processo.

Assim, diante do fechamento das escolas, compreende-se que, esse espaço (lugar) é finito, no entanto está entrelaçado em um emaranhado de nós (rede) que nos conecta em diversas localidades, cujas emoções são traduzidas por uma série de símbolos e significados. Diante disto, mesmo estando em um lugar (bairro, cidade) estamos ligados a uma rede global por meio de uma série de aparatos tecnológicos (LOPES, 2010, p. 112).

Segundo Cruz *et al.* (2020, p. 11) "atualmente, já existe um grande leque de tecnologias que podem ser utilizadas no ensino remoto como reação à crise causada pela pandemia do novo coronavírus". Porém o autor ressalta que é crucial avaliar os recursos tecnológicos que já estão à disposição dos alunos, para evitar penalizar ainda mais aqueles que estão em situação vulnerável.

A preocupação, portanto, é buscar uma prática pedagógica no qual alcance todos os alunos. Desse modo, deve-se atentar que o modelo remoto, adotado pelo sistema de ensino, pode não estar atendendo a necessidade educacional de um determinado grupo de alunos, estando esses em isolamento social.

Pois, de acordo com Cruz *et al.* (2020, p. 11) o "ensino remoto não é sinônimo de aula online. Há diferentes maneiras de estimular a aprendizagem a distância". Sobre estes fatores envolvendo também o trabalho docente, observa-se a necessidade de um trabalho pedagógico criativo e diferenciado, que aproxime o aluno a aprendizagem de forma positiva frente a um cenário modificado.

A mudança do espaço-vital (região, território) a escola física, para uma região tecnológica de ensino remoto, requer uma análise que resulte na compreensão do trabalho docente e sua relação com o meio a qual está inserido. Cruz *et al.* (2020) afirma que, toda essa mudança rápida e complexa que o cenário atual se encontra, torna a tarefa da educação brasileira ainda mais desafiadora.

Diante deste cenário, iremos passar para a próxima sessão, no qual discute-se sobre os efeitos que a Pandemia trouxe para o trabalho docente, frente as medidas emergências brasileiras, com reflexos nas políticas públicas educacionais, exigindo que o professor exerça um trabalho diferenciado por meio das mídias digitais e o uso de plataformas pedagógicas.

## OS EFEITOS QUE A PANDEMIA TROUXE PARA O DOCENTE

São muitos os efeitos trazidos pela COVID-19 na educação. Diante disso, fica evidente a necessidade do apoio das políticas públicas educacionais, familiares e gestão escolar aos professores para o atendimento de qualidade diante das demandas envolvendo ensino remoto no cenário pandêmico.

Sobre isso, Santos (1996, p. 171) afirma que, "cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza promessas e técnicas". Isso porque, segundo Lopes (2010) assim como o aluno, o professor parte de um grupo de indivíduos com suas aflições e dilemas.

Dessa maneira, Snyders (2005, p. 125) afirma que, o professor em cena, desenvolve "um papel de guia, o que não

significa servilismo da parte dos que aprendem. Pois entre ele e os outros intercala-se o grupo: o coletivo de alunos, a classe, a escola, os coletivos extraescolares". Desse modo, observa-se que o trabalho docente toma a forma de um empreendimento elaborado por toda classe.

Levando em conta o papel do professor, importa enfatizar que através da formação do sujeito para o trabalho docente são também analisados a educação brasileira no decorrer da história. Neste sentido cabe ressaltar o princípio materialista de Marx e Engels, que segundo o pensamento dos autores a humanidade é constituída pelo conjunto de produções que empreendeu. E assim afirmam:

> São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. Inclusive a mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 2001, p. 19)

Essa ideia de Marx e Engels parece que está sendo confirmada quando existe uma sobrecarga de trabalho em cima do professor no período pandêmico. Na prática o que vem ocorrendo é que o professor substituiu o quadro negro por produções em plataformas digitais que demandam muito mais tempo que seria em sala de aula, causando o desgaste mental e psicológico desses profissionais ao longo desse processo.

A expressão dos autores é clara no sentido de que é necessário, e ainda mais evidente, neste período de isolamento social causado pela COVID-19 a reflexão sobre o trabalho docente neste processo educativo de mudanças, cabendo ao professor a análise antecipada do seu compromisso docente diante da formação cidadã de seu alunado.

Diante disto, partindo do professor e sua constituição como ser social, Freire (2014) ressalta que é necessário a construção de uma práxis libertadora pela interação dos sujeitos vinculados ao seu contexto histórico, político e social por meio de uma prática problematizada capaz de levar ao enfretamento das situações, buscando assim condições necessárias para superá-las.

Desse modo, a pandemia foi responsável pela mudança em muitos professores. O dito popular "o professor está na rede" não é à toa, o uso de videoconferência devido ao isolamento social e o fenômeno do trabalho remoto, tem sido a ferramenta utilizada pelo professor, que atualmente tornou-se "*Youtuber"*, sendo encontrado frequentemente nas salas virtuais e nas diversas plataformas digitais.

Contudo, em uma outra ótica, as pesquisas buscam compreender como estas mudanças refletiram no trabalho remoto, distanciando fisicamente alunos e professores, sendo esses interligados por meios tecnológicos. Em todo esse processo, pesquisadores inquietos, mencionam o trabalho docente, como aquele que busca satisfazer a necessidade de seu aluno, e por outro lado, levantam questionamentos quanto o emocional do docente frente à vida na pós-pandemia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou identificar os efeitos da pandemia na Educação Básica brasileira frente ao cenário pandêmico sob o olhar do professor. Sabendo da complexa dificuldade existente no sistema educacional, e diante, da ineficiência das ações das políticas públicas, no que cerne aos recursos necessários para o professor atender as demandas exigidas nas diretrizes educacionais, mediante as novas práticas pedagógicas com a utilização das plataformas digitais.

Diante disso, o artigo em tela, dialogou com diversos autores de uma forma interdisciplinar, narrando as perspectivas desse cenário em que a educação brasileira foi convidada forçadamente a participar, tendo a necessidade de reorganizar o planejamento educacional, em atendimento as demandas emergenciais, que exigiu um grande esforço por parte dos atores sociais envolvidos.

Dessa forma, o estudo teve como marco teórico, o diálogo entre o ensino remoto e sua capacidade de incluir/excluir os docentes dentro de uma lógica de outsiders e estabelecidos. Sendo que o primeiro ficou conhecido como aquele que possui dificuldades em atender a demanda de forma emergencial. Enquanto o segundo, considerados "nativos digitais", são detentores de conhecimentos, capazes de se inserir no ensino remoto com mais facilidade, trazendo características mais modernas a questão.

Toda essa complexidade de saúde pública causada pelo coronavírus, trouxe impactos em diversas áreas socioeconômicas com grandes efeitos na educação brasileira, trazendo mudanças na cultura pedagógica docente, diante das práticas de ensino tradicional, colaborando assim, com novas perspectivas de métodos e propostas de ensino com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. “A Educação Básica no Brasil : do atraso prolongado à conquista do futuro”. **Direitos Fundamentais e Justiça**, vol. 13, n. 41, jul/dez, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 13/11/2020.

BRASIL. **Portaria N. 343, de 17 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 13/11/2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

COSTA, L. A. L. **As tecnologias digitais em práticas de ensino e de aprendizagem:** cultivando nativos digitais na escola pública do século XXI (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UECE, 2016.

CRUZ, P.; BORGES, J. M.; FILHO, O. N. "Análise: ensino a distância na a educação básica frente à pandemia da covid-19". **Todos Pela Educação** [20/04/2020]. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 15/11/2020.

ESTUDOS, G.; APARENTES, D.; REAIS, D. "Dificuldades Aparentes, Desafios Reais Diagnósticos e Propostas para a Educação Básica Brasileira". **Anais do Grupo de Estudos Educação Básica Pública Brasileira**. São Paulo: USP, 2018.

HOWE, N. STRAUS W. **Millennials rising**: The next great generation. New York: Vintage Books, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Populacional da Cidade de Roraima**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 25/09/2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Básica Estadual 2019: Resumo Técnico de Roraima Censo escolar 2019. Brasília: INEP, 2020.

KENSKI, V. M. "Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente". **Revista Brasileira de Educação**, n. 08, maio/agosto, 1998.

LUCENA, S. "Culturas digitais e tecnologias móveis na educação Digital cultures and mobile technologies in education". **Educar em Revista**, vol. 32, n. 59, 2016.

MARQUES, A. H. A "Inclusão escolar da criança com deficiência intelectual na conteponaneidade: uma ferramenta para a promoção da equidade e superação de barreiras históricas". **Presença pedagógica na sala de aula**, vol. 28, abril, 2019.

MARX, KARL; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

MAURÍCIO, F.; SANTOS, F.; ALVES, A. L. "Educação e Tecnologias: Potencialidades e implicações contemporâneas na aprendizagem". **Revista Científica da FASETE**, vol. 1, 2018.

MENDONÇA, G. D, L, M. I. "A crise de sentidos e significados na

escola: a contribuição do olhar sociológico". **Caderno Cedes**, vol. 31, n. 85, 2011.

MORIN, E. **Método 01**: a natureza da pesquisa. Sintra:Editora Europa-América, 1997.

MORIN, E. **Amor, poesia e sabedoria**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

PONTES, O. D. A.; SOUSA-MUÑOZ, R. L. "O internato médico no novo currículo de uma universidade pública: a apreciação do estudante". **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 38, n. 04, agosto, 2014.

PORTO, P.; AFONSO, M. S. "O Professor na Contemporaneidade: Suas Práticas e Desafios. **Anais do XI Congresso Nacional de Educação: EDUCERE**. Curitiba: EDUCERE, 2013.

PRENSKY, M. "Digital Natives, Digital Immigrants". **New Media and Society**, vol. 20, n. 11, 2001.

SANTAELLA, L. "Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano". **Famecos**, vol. 22, dezembro, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técinica e tenpo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENHORAS, E. M. " A pandemia do novo coronavírus no contexto da cultura pop zumbi". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

SNYDERS, G. **Escola, Classe e Luta de Classes**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

VIERA, A. "Geração HI-Tech: culto a tecnologia". **Portal Administradores.com** [02/09/2013]. Disponível em: <https://administradores.com.br>. Acesso em: 20/11/2020.

# CAPÍTULO 2

*A educação brasileira e a pandemia da COVID-19*

# A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A PANDEMIA DA COVID-19

*Hercules Guimarães Honorato*

Estamos em um mundo globalizado onde um fato expressivo, de qualquer natureza, que aconteça em um determinado ponto do espaço terrestre, é replicado quase que, imediatamente, para todo o restante do planeta tanto para o bem, mas em maior grau, para o mal. Vivemos uma pandemia de um novo vírus, SARS-CoV-2, responsável pela Doença do Coronavírus 2019 – COVID-19 (SENHORAS, 2020) que surgiu em uma cidade da China e, rapidamente, atravessou fronteiras e espaços, atingindo mentes e medos. A circulação de pessoas parou, compulsoriamente, e estamos fazendo um quase distanciamento social. As instituições de ensino não poderiam ficar excluídas e pararam por um período indeterminado, pois ainda não sabemos o que vai acontecer nos próximos dias e meses.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), com mais de 1,5 bilhão de estudantes afetados pela pandemia em todo o mundo, a educação enfrenta uma crise sem precedentes, representando 87% da população mundial de alunos. De imediato, podemos afiançar que, no momento em que foi determinado o fechamento das escolas em um período de ano letivo, não estávamos preparados para tal situação, pois não havia ações efetivas e de pronta execução para a continuação do processo de ensino e aprendizagem, sem escolas e nesse novo contexto, com certeza uma disruptura muito sentida, o que é corroborado nas palavras de Santos (2020, p. 5) de que "A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade".

O Brasil é um país de dimensões continentais com altos índices de exclusão, desigualdades sociais e educacionais e profundas disparidades regionais em que "o desenvolvimento econômico e social se tem dado combinando ilhas de riqueza cercado por oceanos de pobreza" (CUNHA; CUNHA, 2008, p. 23). O fechamento das escolas, retirando o estudante, mesmo que seja momentaneamente, de um ambiente de construção social, de convívio com os demais colegas, que busca um ensino de qualidade, provendo também a sua alimentação, requer uma avaliação da aprendizagem nas ações e soluções que foram e estão sendo apresentadas como possíveis de serem implementadas.

O presente estudo, portanto, tem como objetivo principal apresentar as lições que estão surgindo como possíveis ações a serem empreendidas pelos gestores escolares, professores e legisladores de políticas públicas educacionais no que tange ao maior desafio que o mundo está vivenciando desde a 2ª Guerra Mundial. Este estudo não entra nos aspectos ligados à emergência sanitária que vivemos, nem sobre os campos político e econômico da temática de um mundo pós-pandemia. Os pontos abordados são do campo da educação alinhavados com a educação a distância, no caso ensino remoto, e no aprendizado do alunado nesse período em questão.

O artigo está dividido em quatro seções principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a metodologia empregada no desenvolvimento deste estudo. A seção seguinte apresenta o referencial teórico que teve como base forte a legislação em vigor e as publicadas no período em questão. Na seção que se segue são apresentados os resultados e as discussões. Por último, foram realizadas as análises dos dados levantados no instrumento de coleta.

Assim contextualizado, a seguinte questão de pesquisa norteou este trabalho, indagando: que lições poderiam ser

apreendidas pelos gestores educacionais e professores em relação a aprendizagem discente após a reabertura das escolas?

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminhar deste estudo contou com uma pesquisa exploratória cujo objetivo foi dar uma visão geral sobre o tema, onde se buscou estabelecer relações sobre a educação e a pandemia da COVID-19, com um levantamento de artigos em sítios acadêmicos na internet, que trouxessem a luz sobre o que está sendo apresentado como soluções institucionais e políticas educacionais durante o fechamento das escolas e a continuidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Destarte, Gil (2009, p. 27) argumenta que as pesquisas exploratórias é a primeira etapa de uma investigação mais ampla, envolvendo também um levantamento bibliográfico e documental, o que aconteceu neste estudo.

A abordagem metodológica de investigação adotada nesta pesquisa foi qualitativa que, segundo Oliveira (2016, p. 59), é "caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas". Os sujeitos participantes deste estudo são pais e/ou responsáveis por estudantes que poderiam fornecer informações e experiências no trato da aprendizagem de jovens nesse momento de fechamento compulsório das escolas, e que integram as redes sociais deste autor.

Foi construído, como instrumento de coleta de dados, um pequeno questionário com três perguntas abertas e uma fechada, disponibilizado via *google forms* na internet, e que são analisadas em seção posterior. Foram utilizadas, em primeiro lugar, a distribuição do *link* (https://forms.gle/Hb3Efw65yj8QcJK38) às redes sociais deste autor como o *Facebook*, o *Linkedin* e o

*WhatsApp*. Na iminência de obtermos respostas também de pessoas que não utilizam as redes sociais com frequência, foram impressas e encaminhadas diversas enquetes para possíveis respondentes além do envio por meio de e-mail. O início da divulgação da enquete ocorreu no dia 23 de abril e finalizado em 02 de maio de 2020.

Foi informado no cabeçalho do questionário que se tratava também do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um documento de resposta voluntária uma vez que as respostas só seriam divulgadas apenas com sigilo da fonte garantido, ou seja, não seriam identificados. De posse dos resultados dos questionários, efetuou-se uma análise do material gerado com base nos eixos considerados como pandemia da COVID-19, família, educação, professor, estudante, aprendizagem e Educação a Distância (EaD) ou ensino remoto emergencial.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A montagem de um quadro teórico para um tema tão atual e conjuntural teve que ser limitada a uma data de finalização da juntada dos dados e da bibliografia. O dia do início da elaboração deste estudo foi o dia 28 de abril pelo fato de comemorarmos um dia especial, o Dia Mundial da Educação. Importante destacar que, até o fechamento deste texto no final de setembro, ainda não foram reiniciadas as aulas presenciais, sendo que as discussões recaem sobre uma possível segunda onda de contaminação em virtude do aumento dos contatos sociais, pessoais e escolares.

Em seu livro "A cruel pedagogia do vírus", o professor Boaventura de Souza Santos deixa-nos lições importantes e ainda a serem discutidas, principalmente, no trato da crise sanitária mundial a qual vivemos. Esse autor nos apresenta que a ideia de crise "[...]

no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas" (SANTOS, 2020, p. 5).

Na pesquisa documental realizada foram selecionadas para este estudo os seguintes documentos, em especial, a Medida Provisória (MP) nº 934 (BRASIL, 2020a), de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública; a Portaria nº 345 (BRASIL, 2020b), de 19 de março de 2020, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19; e o Parecer CNE/CP nº 5 (BRASIL, 2020c), de 28 de abril de 2020, sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de computo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da Pandemia.

O art. 205 da nossa Carta Magna deixa claro que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, não paginado). Assim exposto, podemos verificar que o preparo para a cidadania plena é um direito de todos, e a educação é o seu caminho, devendo o Estado e a família participarem dessa formação juntos.

O Poder Executivo, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE), neste período, expediram uma MP, uma portaria e um parecer, respectivamente. A MP nº 934, de 1º de abril de 2020, estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública (BRASIL, 2020a). A

Portaria nº 345 (BRASIL, 2020b) autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação. O Parecer do CNE/CP nº 5/2020 (BRASIL, 2020c), de 28 de abril de 2020, reorganiza o Calendário Escolar e cria a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

A MP em questão, para o caso específico da educação básica, em seu art. 1º, dispensa a obrigatoriedade do número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, o qual é descrito no inciso I, do art. 24 da LDB (BRASIL, 1996) que, em síntese, estabelece como carga horária mínima anual de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver (BRASIL, 2020a). Nesse mesmo caminho, o Parecer do CNE deixa claro que a suspensão das atividades escolares acarretará "dificuldades para a reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 [...]" (BRASIL, 2020c, p. 3).

O caminho escolhido pelas redes de ensino nos estados e municípios foi partir para o que ficou denominado de "ensino remoto". O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o art. 80 da LDB que trata, especificamente, da Educação a Distância (EaD). Considera-se EaD a modalidade educacional na qual "a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, **com pessoal qualificado**, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros [...]" (BRASIL, 2017, p.1, grifo próprio). Foi realçado por este autor que o pessoal tem que ser qualificado.

Importante deixar claro que a opção pelo ensino remoto, no

caso considerado emergencial, é devido a Educação a Distância ter uma legislação específica e determinando para sua implementação. A EaD ou Educação Virtual (MILL, 2012), no Brasil, também pode ser conhecida como Ensino a Distância, Treinamento a Distância, ou mesmo Educação *online*, este é um conceito mais restrito. Moran (2002, p.41) expõe o seu conceito como sendo "conjunto de ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas via meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência". Tem-se ainda a expressão *e-learning*, outra forma utilizada para expressar essa modalidade de educação, ou seja, um ensino eletrônico não presencial.

As escolas são instituições, organizações complexas compostas de partes interdependentes, governadas por regras e normas de comportamento bem estabelecidas e adaptadas para ter estabilidade (SAMMONS, 2008, p. 350). Cada escola é única porque possui suas características próprias moldadas por diferentes fatores tais como a localização, as características dos alunos, o seu tamanho, os recursos e, especialmente, a qualidade dos seus professores. A escola não existe sem professores, alunos, corpo pedagógico-administrativo e sem a família haja visto que a sinergia entre seus integrantes é de suma importância para a consolidação do processo educativo construído pelo ensino, aprendizagem e avaliação.

A sala de aula é o *lócus* onde a relação professor-aluno se desenvolve em maior intensidade, em princípio, no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Morales (2006, p. 10), pensar na sala de aula como lugar da relação "pode abrir para nós um horizonte de possibilidades, inclusive didáticas, que talvez não estejamos utilizando em todo seu potencial". Este autor reitera que, em primeiro lugar, esta conexão deve ser considerada como "uma relação profissional". A gestão da sala de aula supõe um gesto que se apoie, ao mesmo tempo, nos saberes a construir, nos

procedimentos de implementação das atividades e na lógica das interações dos alunos com o mestre.

As aulas em meios digitais que estão ocorrendo são, em grande medida, improvisadas, sendo iniciadas pelas redes de ensino estaduais e municipais com a nominação de ensino remoto. Nesse momento, cabe uma distinção importante entre o ensino construído para ser, normalmente, *online* e que se tornou o efetivado às pressas com poucos recursos e tempo, o que ficou conhecido na literatura sobre o tema como "ensino remoto de emergência". Esta modalidade de ensino, segundo Hodges *et al*. (2020, p. 6), é uma mudança temporária para um modo de ensino alternativo devido a circunstância da crise", ou seja, algo temporário, mas que já está há oito meses em atividade.

Esses autores afirmam que o planejamento de um processo de ensino e aprendizagem *online* com a qualidade necessária deve incluir não apenas a identificação do conteúdo a ser abordado pelo docente, "mas também como você vai dar apoio a diferentes tipos de interações que são importantes para o processo de aprendizagem (HODGES *et al*., 2020, p. 5). As interações que foram levantadas pelos autores são o aluno(a) – conteúdo e aluno(a) – aluno(a), mas que este autor julga importante não deixar de apresentar uma outra interação também conspícua, a do professor(a) – aluno(a).

Partindo dessa última interação, considera-se como ponto prejudicado com o fechamento das escolas a relação direta professor-aluno. Importante aspecto dessa relação é que a conduta do professor exerce influência direta sobre a motivação e a dedicação dos seus estudantes ao aprendizado. Temos que estar convencidos de que todos os alunos são importantes, que é nossa vontade fazer com que todos participem e vejam que os relacionamentos têm que ser iguais aos elos de uma corrente, fortes e unidos em um determinado objetivo. Um bom convício com o nosso alunado, portanto, é condição *sine qua non* para a eficácia da

tarefa docente na construção de estruturas fortes para o caminhar autônomo dos mesmos.

Assim, inicialmente exposto, precisamos procurar uma nova forma de ensinar e aprender, pautada no contexto do mundo atual e considerando o que se tem em casa, o envolvimento da família e a nova vida estabelecida por esse distanciamento social. É preciso explorar outras maneiras de aprendizagem e interações que estimulem a curiosidade e a criatividade nos aprendizes para além do currículo acadêmico. Conteúdo sem contexto não gera significado. Isso sempre foi (e continua sendo) verdade na aprendizagem, por isso, faz-se necessária uma rotina positiva para apoiar os estudantes neste momento de incerteza, pois "A aprendizagem é um processor social e cognitivo, não apenas uma questão de transmissão de informações" (HODGES *et al.*, 2020, p. 5)

Dois gargalos são verificados nesse ensino remoto emergencial tais como a nossa situação de distribuição de internet banda larga no Brasil e a não preparação do professorado para esta atividade do ensino a distância. Outro ponto nevrálgico que afeta também o processo educacional são as famílias uma vez que estão fazendo grandes esforços para acomodar sua vida cotidiana e pessoal ao novo cenário desconhecido que ainda não tem dia e hora para terminar, e nas palavras de Santos (2020, p. 18), "[...] tal como em muitos contextos similares no mundo, as famílias partilham uma sala que também é cozinha, quarto e sala de estar". O clima socioemocional na sala de aula é tão importante para o ensino e a aprendizagem, sendo que, na situação atual, a relevância passa para a sala de jantar ou para outro ambiente familiar em que momentos de diálogos podem ser criados pela quarentena.

Assim nesse caminhar, educadores, professores e pais descobrem aulas *on-line*, a falta de políticas públicas nesse setor e o desafio de tentar criar alguma forma de rotina familiar nessa nova

maneira de viver isolados socialmente. Porém, o ato de aprender é da exclusiva responsabilidade do aluno, mas devendo ocorrer em "[...] situações arquitetadas pelos professores, que apenas 'controla' parcialmente a situação construída com o objetivo de propiciar a realização dessa aprendizagem" (GOUVEIA, 2016, p. 23). Tal situação parte da premissa da existência de condições favoráveis e amplas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem na crise em questão.

No caso dos estudantes, os seguintes desafios foram estabelecidos em estudo por Mateo (2020) como a superlotação da moradia e a falta de local silencioso para estudar; pais ausentes e falta de apoio; a falta de infraestrutura tecnológica e conectividade; sedentarismo, ansiedade e *stress*, bem como a violência doméstica, o analfabetismo digital e a motivação para fazer sua lição de casa. Quando não temos uma prática de autoconhecimento e reflexão de nosso processo de aprendizado individual não poderemos ter uma estratégia que nos ajude a ser melhores aprendizes a cada dia. Por esses motivos, é essencial que os alunos se apropriem de seu processo de aprendizagem (ACOSTA, 2020), ou seja, que sejam autônomos.

As condições objetivas de acesso ao material pedagógico criaram tratamentos diferenciados entre aqueles que acessam ou não as tecnologias digitais. Apesar de o acesso à internet ter crescido, substancialmente, "nem todos os estudantes têm condições de usá-la para estudar e nem todas as pessoas – estudantes e pais - dominam as ferramentas que serão indicadas" (MARTINS; PINA, 2020, p. 5). Dentro dessa fórmula mágica, o trabalho educativo, que possui uma natureza complexa e exigindo a formação especializada, é ressignificado para possibilitar que os pais ou responsáveis sejam convertidos em agentes do processo educacional a partir da decodificação dos manuais técnicos de ensino. O que se infere, com certo grau de certeza, é que o impacto das ações ou não dos sistemas

educativos recaíram sobre tecido social de setores mais vulneráveis.

Um tema também discutido na situação conjuntural atual é o cumprimento da matriz curricular em vigor em função do ensino remoto. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), para as crianças maiores de seis anos e adolescentes, o tempo de tela não deve exceder a duas horas por dia a não ser em caso de trabalhos acadêmicos, estabelecendo intervalos para descanso e atividade física. São listados no manual quinze principais problemas médicos e alertas de saúde na Era Digital, porém, vamos citar apenas os mais conspícuos ao objeto desta pesquisa sejam eles os transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, os problemas visuais como a miopia e a síndrome visual do computador e, por último, os transtornos posturais.

Em função desse dilema do ensino remoto, no caso emergencial, via ferramenta digital e a possibilidade de o estudante ficar muito tempo na frente da tela do computador, em especial os alunos do ensino fundamental, apresentei, via e-mail para o Prof. Daniel Mill, da Universidade Federal de São Carlos, um especialista no tema, como poderia a EaD contribuir para o aprendizado de crianças e adolescentes. Ele respondeu:

> Estou certo de que a EaD tem muito a contribuir para o ensino fundamental, mas vejo pecados na forma emergencial como está sendo posta em prática: **falta tempo para planejamento, falta de preparação dos professores e estudantes,** maior foco no conteúdo do que no estudante etc. [...] Ademais, estou prevendo muitas críticas injustas À modalidade de EaD por adoção indevida [...] muitos vão dizer detestam EaD ou que não funciona (mas não sabem que está sendo empregada de modo equivocado) (MILL, 2020, grifo próprio).

Desse modo, dentro da bibliografia levantada e perante o que deixou claro na afirmação de Mill (2020), podemos asseverar que o ensino *online* é uma importante metodologia na relação entre o ensino e a aprendizagem sem deixar de lado, mesmo que a distância, a relação da interação entre aluno(a) e aluno(a) e estes moderados pelo professor, estruturado na base de conteúdos educacionais necessários na hipótese do fechamento compulsório das escolas.

## ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS

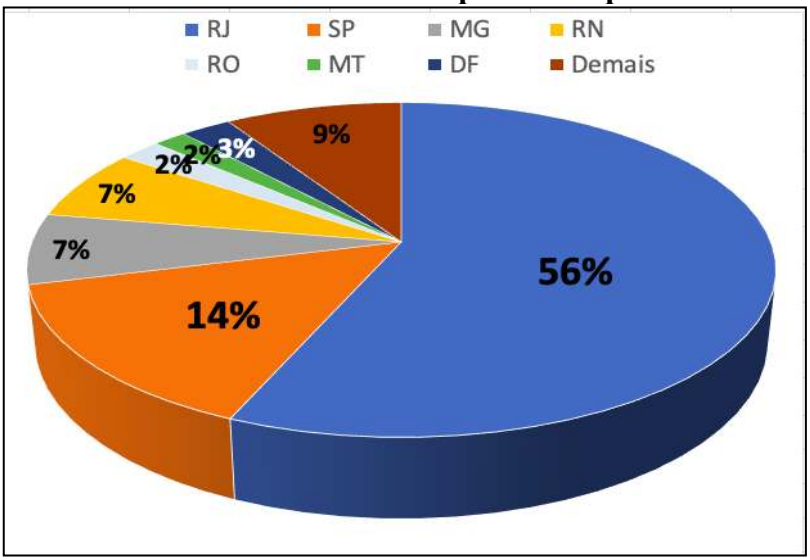
O questionário foi montado tendo por base, além das inquietudes do autor em relação à aprendizagem dos estudantes nesse período de disruptura social com o fechamento das escolas, a ligação direta com a legislação que abranda, em certa medida, as normas do ensino presencial para um ensino remoto emergencial.

Como em qualquer pesquisa, temos respostas adjetivadas e curtas, outras longas com conteúdo textual muito importante e até, às vezes, inusitados que atendam ao efeito desejado do pesquisador. Foram feitas três perguntas abertas, esperando-se duas respostas diretas e uma mais ampla. As diretas se relacionavam à ocupação principal do respondente e ao país de residência e, no caso do Brasil, também o estado. A questão aberta procurou dar voz às famílias e compreender a vivência social da educação em tempos de distanciamento social. A pergunta era: Como está se desenvolvendo a aprendizagem do(s) seu(s) estudante(s)? A pergunta fechada versou sobre a faixa etária do(s) seu(s) estudante(s), com três faixas de respostas: 0-10 anos, 10-17 anos e 17 anos em diante.

Os respondentes, sujeitos desse estudo, são pessoas de diversas idades, formações profissionais e de classes sociais distintas, um coletivo considerado amplo e distinto, o que foi a

característica principal dos achados encontrados e as suas diferentes realidades. Somando-se todas os questionários coletados, conseguimos um total de 323 respondentes, sendo a maioria do Brasil. As respostas do exterior totalizaram 14 retornos, sendo três dos Estados Unidos da América, três da Colômbia, dois da Alemanha, dois de Portugal, dois da Índia, um da Itália e uma da Rússia. No caso das nacionais, conforme apresentado no gráfico a seguir, a grande maioria dos respondedores do estado do Rio de Janeiro, pois não poderia ser diferente visto que é a origem deste autor. Se fizeram representar 16 estados mais o Distrito Federal.

**Gráfico 1 – Percentual de respondentes por estado**



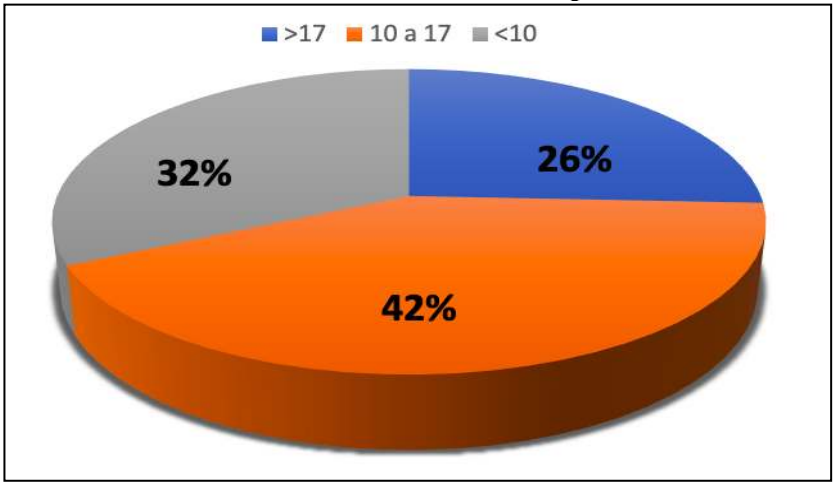

Fonte: Elaboração própria.

Se somarmos os quantitativos percentuais no Gráfico 1 do estado do Rio de Janeiro e o de São Paulo, logo, teríamos 70% de todos os respondentes, tendo estados com apenas uma resposta por pessoa no balanço geral. Assim exposto, depois de uma leitura

completa de todas as 309 respostas nacionais à enquete, resolvemos proceder a análise, separando-as em grupos como as de São Paulo, as do Rio de Janeiro e os demais estados brasileiros e o Distrito Federal em um só conjunto. Os respondentes do exterior não foram analisados neste estudo.

Continuando apresentando os dados que compõem a enquete, das ocupações ou profissões dos respondentes, em sua maioria foram professores, militares, médicos, profissionais liberais, procuradores, técnicos de uma maneira geral, motoristas, policiais, advogados, estudantes, engenheiros, dentistas, fisioterapeutas, biólogos, autônomos, funcionários públicos, aposentados, do lar e um número considerado que não estão trabalhando. Com esse leque de profissões, nem todas foram citadas, com isso, podemos inferir que as respostas que, porventura sejam disponibilizadas neste estudo, podem ter um caráter representativo da sociedade brasileira.

**Gráfico 2 – Percentual de Estudantes por faixa etária**




Fonte: Elaboração própria.

Quando foi solicitado que a pessoa inquerida colocasse a faixa etária do seu estudante conhecido, a ideia deste autor foi trabalhar com aquelas crianças e adolescentes na faixa de 10 a 17 anos que não devem ter tido ainda uma experiência de ensino *on-line*. O Gráfico 2 acima apresenta como foram distribuídas as faixas etárias pelos respondentes. A análise foi realizada com o foco nos ensinos fundamental e médio.

## RESPONDENTES DO RIO DE JANEIRO

Uma situação verificada, quanto ao ensino remoto com isolamento social, é a sobrecarga que a família tem com seus dependentes somado a um possível *homeoffice* dos responsáveis. Um dos respondentes transpareceu que "Os estudantes que cursam o ensino fundamental I, as famílias estão se sentindo sobrecarregadas, pois precisam separar mais tempo para realizar as atividades escolares com os filhos, os que cursam o fundamental II não tem autonomia de estudo, [...]". Outro responsável deixou claro uma situação que foi a apresentada por Mill (2020), ou seja*, "*O ensino à distância só funciona para adultos. Para crianças é ineficiente".

A família ficou sobrecarregada com mais essa tarefa que, em muitos casos, se torna um fator de mais *stress* na relação com o trabalho e o familiar. Um respondente deixa claro que: "Está sendo bem complicado...pois não esperávamos ter que ensinar nossos filhos a ler e a escrever praticamente como uma obrigação, tendo em vista que esse é o papel da escola.". Tal resposta veio de encontro ao que Martins e Pina (2020) destacaram que nem todos os familiares, em sentido amplo, do estudante, tem condições de prover um ensino a contento. Continuando ainda neste tema, transcrevo o desabafo de uma enfermeira em relação ao seu filho:

> Meu filho recebe atividades pelo aplicativo da escola, alguns vídeos curtos de 2 minutos no máximo com conteúdos sobre a matéria e algumas explicações da professora. As atividades são orientações para ler e fazer páginas dos livros algumas folhas complementares. Eu trabalho normalmente, estudo com ele quando posso.

Um responsável, que é analista financeiro, corrobora que o lar não é uma escola:

> Tenho feito com muita dificuldade com eles as atividades enviadas pela escola ... não são tão complexas mas falta tempo. Somente isso ... não tenho tempo de pensar em coisas legais ou interessantes ... só trabalho, atendo às demandas da escola, as demandas de casa e pronto faltam horas no meu dia para tudo isso.

Uma questão bem apresentada, e que vai ao encontro do pensamento deste autor, é que as soluções improvisadas de qualquer natureza, em especial, na educação, tende a ser mais um tijolo a ser colocado nas desigualdades educacionais, fato este destacado por Santos (2020). Um respondente confirma esse pensamento, principalmente, quando se tenta fazer com que o presencial se transforme como um passe de mágica no ensino *on-line* já que "As escolas não estavam preparadas. Há uma adaptação ruim entre o ensino presencial e a distância. Muitas escolas não fazem EaD, simplesmente pegaram um material preparado para presencial e o apresentaram".

O que culmina com essa resposta, fechando a seção dedicada aos respondentes do Rio de Janeiro, é que "A escola não disponibilizou nenhum material para aprendizagem do aluno". Daí

surge a indagação: A solução então é não fazer nada? Pois, estamos falando de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, um coletivo que precisa e deve ser formado, informado, ensinado e que continue a aprendendo, ou seja, a possibilidade de haver um aumento das desigualdades educacionais.

## RESPONDENTES DE SÃO PAULO

As respostas, em grande medida, continuam a retratar o ensino a distância e a internet. Uma das respondentes é pedagoga e já foi secretária de educação de um município do interior de São Paulo. Seguindo na linha do currículo escolar, além de um outro ponto também levantado neste estudo, foi o uso de aplicativos prontos para o campo educacional. A professora enfatiza que:

> Os estudantes em questão, (5º ano EF e 1ºano EM-Colégio Particular-) vem recebendo aulas *on-line*, em carga horária normal. O conteúdo tradicional para mim, neste momento, para essa faixa de idade, não é o mais importante, até porque esse esforço deveria ser embasado em propostas de tecnologias educacionais mais cuidadosas, baseadas em pesquisas de resultados, e não, em soluções que a maioria das empresas de tecnologia tem apresentado.

A distância física dos amigos foi um ponto bem diagnosticado pelos respondentes. A escola, como unidade básica e de espaço de realização de objetivos e metas do sistema educativo, encontra-se hoje fechada não se constituindo no momento em um importante local para a qualidade de vida e de demandas sociais das pessoas que orbitam em seu entorno comunitário. A ausência da

relação pessoal com colegas e professores está sendo muito sentida pelas crianças e adolescentes o que deixa claro nesta resposta: "Mais limitada por conta da dificuldade de concentração nas ferramentas online com os amigos a distância", o que Morales (2006) e Hodges *et al.* (2020) já afirmavam sobre a implementação de atividades e na lógica das interações ampliadas e diretas com os alunos e professores e alunos com alunos.

## RESPONDENTES DOS DEMAIS ESTADOS

Nesta seção estão apresentadas algumas respostas que retratam como ocorre a aprendizagem do seu estudante. Faremos uma costura textual com os estados dos respondentes colocados em parênteses e numerados, sequencialmente, caso apareçam respostas em mais de um estado.

Os que estudam em redes particulares estão tendo aula online e os da rede pública estão parados sem qualquer atividade escolar (três estudantes: dois parado e um estudando on-line) (MG1). Muito difícil, estabelecer rotina de aprendizagem estando trabalhando normalmente em casa. Está bem aquém da necessidade do aluno (MG2). Fraca, não levam a sério, não estudam direito, ficam copiando respostas prontas da internet sem procurar entender (MS). A qualidade das videoaulas também não é tão boa. De sua escola, que é estadual, não enviaram nenhum material específico (PR). A escola envia as videoaulas dos conteúdos e continuo em casa com lições além da aula (RN). Muito prejudicada. Consequências muito ruins pela frente (RO). Organizamos um cronograma de estudos diários. O aprendizado é proveitoso, porém há prejuízo na socialização das crianças (DF). Sem ensino (MT).

O que podemos apresentar como achados importantes,

descritos nas falas dos respondentes é que ou se tem algum ensino *online* ou não existe, independente da qualidade do que é apresentado como possibilidades remotas emergenciais derivam de um estado de indefinição que existe no futuro dessa aprendizagem. A rotina familiar mudou, a sala de aula foi teletransportada para um cômodo da casa, se adequado ou não, isso depende. Quando dependemos de ações ou omissões no campo da educação, ficamos na esperança de um acerto, independente de diversos erros verificados e por ora apresentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há no Brasil um dito popular que o ano só começa depois do Carnaval. Estamos vivenciando um 2020 atípico em que uma pandemia assolou o mundo de uma maneira avassaladora e sem precedentes no século atual até o presente momento. Podemos então alterar o nosso dito popular, apresentando em forma de pergunta: no Brasil o ano ainda não começou, e se ainda não começou, quando começará? A crise, inicialmente sanitária, mostrou a profunda transformação que os sistemas educacionais precisaram passar para se adaptar às escolas fechadas e ao distanciamento social, e procurar soluções para que a aprendizagem de todos os estudantes não seja prejudicada.

Ao agirmos de forma apressada em soluções paliativas e improvisadas apenas estamos adiando um problema e colocando nos ombros dos professores, dos estudantes e da família o ônus de continuar o ensino em ambiente que nem sempre é o apropriado ou o desejado, que nem sempre atende aos anseios tecnológicos de um ensino remoto e que nem sempre não conseguirá atingir um mínimo de qualidade na aprendizagem do estudante ainda mais que suas relações sociais e educacionais estão sendo prejudicadas pela falta

de olho no olho do professor, do espaço lúdico e amigo do recreio, das brincadeiras e da sala de aula.

As seguintes lições podem ser desveladas:

1. não havia um plano contingencial para o fechamento das escolas e a continuação das aulas via ensino remoto. Educação não se improvisa. Sugere-se a inclusão de alternativas para quando as escolas estiverem fechadas no Projeto Político Pedagógico;
2. o currículo formal estabelecido para ser cumprido durante o ano letivo em sala de aula presencial deveria ser adaptado para o momento atual provocado pelo distanciamento social e no uso do ensino remoto. Os cursos virtuais são diferentes e são preparados no tempo e em espaços adequados em uma situação muito distinta daquela em que estamos agora;
3. preparação dos professores para as novas tecnologias educacionais. Existem cursos gratuitos disponíveis, bastando apenas motivação para fazê-los;
4. avaliação das Diretrizes Curriculares Nacionais e os currículos de formação dos professores com a inclusão de disciplinas obrigatórias ligadas a tecnologias educacionais;
5. uma política pública de democratizar o acesso à internet para as famílias em todo o Brasil, inclusive, com o advento de uma rede de qualidade a preços justos;
6. aproveitamento do que está sendo aprendido com o ensino remoto e no retorno das atividades formais educacionais na escola, utilizando certos conteúdos a distância, principalmente, a avaliação para que haja continuidade no trato da EaD como metodologia viável e de qualidade também na educação básica, um ensino se possível híbrido;

7. condução das orientações de aprendizado e aulas por meio de métodos de ensino de áudio como telefone e rádio, e, em especial, o uso da televisão aberta;
8. revisão dos marcos regulatórios da EaD de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais ou *startups* sejam, primeiramente, avaliados e, em seguida, reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos.

A epígrafe que foi introduzida a este estudo é bem impactante com o momento que estamos vivendo no planeta. Fomos condenados, mesmo que temporariamente, a meditarmos no fundo do poço, só que estamos a mais de sete sóis e sete luas em "distanciamento social". Ensinar em tempos incertos requer criatividade, flexibilidade e capacitação. A escola tornou-se um *lócus* importante e essencial no funcionamento diário das sociedades não apenas para os professores e estudantes, mas, com certeza, para as famílias e seu entorno geográfico e informal.

A passagem das atividades formais e presenciais para a virtual, infere-se que trará diversas consequências, em especial, um aumento nas desigualdades educacionais. Devemos refletir acerca de tudo que está acontecendo e, no final, procurarmos não repetir os mesmos erros e transmitir, adequadamente, os possíveis acertos, pois sabemos que a tecnologia é importante, porém não é tudo. Enquanto sociedade temos a obrigação de reforçarmos as costuras da educação de qualidade com uma aprendizagem verdadeira, retirando, posteriormente, os alinhavos que ficaram em nosso caminho. Precisamos voltar a ter vida própria.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, M. "Educación en los tiempos inciertos del Covid-19". **Portal Eletrônico América Economia** [2020]. Disponível em: <https://www.americaeconomia.com>. Acesso em: 25/11/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativo do Brasil**. Senado: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

BRASIL. **Decreto n· 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

BRASIL. **Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 345, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Pleno/Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 5, de 28 de abril de 2020**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020c.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. "Políticas Públicas Sociais". *In*: CARVALHO A. *et. al*. (orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

GOUVEIA, F. “Da Didática à Matética: O papel do professor como Mediador Qualificado”. *In*: GOUVEIA, F.; PEREIRA, G. (orgs.). **Didática e Matética**. Funchal: CIE-UMA, 2016.

HODGES, C. *et al.* “Diferença entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência”. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, n. 2, 2020.

MARTINS, A.; PINA, L. D. “Apontamentos sobre a minuta de parecer do CNE sobre calendário escolar e atividades pedagógicas não presenciais no contexto da pandemia de covid-19”. **Portal Eletrônico da APESJF** [2020]. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br>. Acesso em: 20/04/2020.

MÃE, V. H. **Homens imprudentemente poéticos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2016.

MATEO, M. “Habilidades del siglo 21 en tiempos de COVID-19”. **Portal Eletrônico da REDEM** [2020]. Disponível em: <https://www.redem.org>. Acesso em: 30/04/2020.

MILL, D. “EaD e COVID-19”. **Trocal de e-mails** [21/04/2020]. Disponível em: <hghhhma@gmail.com>. Acesso em: 21/04/2020.

MILL, D. **Docência virtual**: uma visão crítica. Campinas: Editora Papirus, 2012.

MORALES, P. **A relação professor-aluno**: o que é, como se faz. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

MORAN, J. M. **O que é educação à distância**. São Paulo: USP, 2002.

SAMMONS, P. “As características-chave das escolas eficazes”. *In*:

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Editora Almedina, 2020.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de Orientação**: grupo de trabalho Saúde na Era Digital [2019]. Disponível em: <https://www.sbp.com.br>. Acesso em: *30/04/2020.*

SENHORAS, E. M. "COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

# CAPÍTULO 3

*Política Educacional e Pandemia: reconfigurações e impactos na gestão municipal no estado da Bahia*

# POLÍTICA EDUCACIONAL E PANDEMIA: RECONFIGURAÇÕES E IMPACTOS NA GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA[3]

*Tiago Melo de Oliveira*

*Fábio Viana Santos*

Em 06 de fevereiro de 2020, o governo brasileiro decretou estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência do novo coronavírus. Pouco mais de um mês depois a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia mundial em 11 de março de 2020, deixando o mundo inteiro em estado de alerta. Nesse período pouco se sabia (e ainda se sabe) sobre a COVID-19. Cientistas e organizações de saúde do mundo inteiro passaram a agir na tentativa de conter a propagação do novo coronavírus, ao tempo em que buscam uma vacina para imunização da população.

Por enquanto, a única certeza é a necessidade e eficácia do distanciamento social para contenção da disseminação do vírus, haja vista o seu alto índice de contágio, evitando também a falência dos sistemas de saúde. Sob essa ótica, os governos começaram a emitir decretos suspendendo atividades nas mais diversas áreas. As atividades escolares foram então um dos primeiros serviços suspensos, repercutindo diretamente na vida de milhões de brasileiros e exigindo novas formas de oferta educacional.

Assim, buscamos nesse texto tecer considerações sobre os impactos da COVID-19 no campo educacional. Para tanto, analisamos a conjuntura sobre nossa perspectiva de trabalhadores

[3] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada em: OLIVEIRA, T. M; SANTOS, F. V. "Caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento: educação básica em tempos de pandemia". *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, vol 4, n. 11, 2020

da educação básica que estão imbrincados na gestão educacional em municípios do interior da Bahia. Longe de querer teorizar sobre a temática, nos ocupamos da tarefa de investigar as principais demandas que tem surgido após a COVID-19 e que se constituem elementos de discussão em nosso fazer diário na educação básica.

O texto se organiza então em dois subtópicos. O primeiro trata do impacto da pandemia na vida de professores e alunos. O segundo faz um levantamento dos marcos legais surgidos durante a pandemia que tratam da política educacional. Ao final apresentamos algumas considerações, precárias e contingenciais, apontando caminhos para a gestão educacional nesse período complexo e de incertezas.

## CONTEXTUALIZANDO A PANDEMIA: OS PRIMEIROS IMPACTOS NO CAMPO EDUCACIONAL

A pandemia deixou milhões de estudantes sem aula por todo o globo. No Brasil as aulas presenciais foram suspensas em todo o território nacional, atingindo desde as creches até o ensino superior. Alunos e professores se encontram em situação de medo face ao desconhecido, assim concordamos com o Santos ao afirmar: "A pandemia é uma alegoria. O sentido literal da pandemia do Novo Coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível" (SANTOS, 2020, p. 10).

Tais impactos abrangem aspetos educacionais, psicossociais e socioeconômicos, aumentando as fragilidades daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. O Conselho Nacional de Educação (CNE), mediante análise do atual cenário e possibilidade de longa duração da suspensão de aulas, sinalizou quatro pontos que

poderão ser acarretados neste cenário, conforme se extrai do Parecer n° 05/2020:

> Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, o CNE apresenta a possibilidade da realização de atividades não presenciais enquanto durar a suspensão das aulas, com a possibilidade de cômputo da carga horária para fins de cumprimento do mínimo anual. Essa possibilidade resulta de consultas feitas ao CNE por instituições de ensino de todo o país que buscaram diretrizes que fornecessem subsídios e orientações às redes de ensino.

> Os impactos intertemporais da pandemia da COVID-19 sobre a educação são preocupantes pois reproduzem de modo ampliado assimetrias previamente existentes nas sociedades, de modo que os atores econômicos privilegiados e com amplo acesso ao ensino privado e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) conseguem minimizar os efeitos pandêmicos no curto prazo por meio da continuidade educacional via EAD em

> contraposição a atores econômicos mais vulneráveis (SENHORAS, 2020, p. 134).

Para além dos pontos apresentados, temos outro impasse considerável no que diz respeito ao acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Segundo levantamento do IBGE (2017), 43,4% dos domicílios brasileiros não possuem microcomputador. Quanto ao acesso à internet, esse percentual fica em torno de 74,9% nos domicílios brasileiros, tendo como equipamento mais utilizado para o acesso à rede os telefones celulares presentes em 98,7% dos domicílios.

Além da dificuldade de implementar atividades remotas nas escolas públicas, outro fator tem causado grande comoção. Um número significativo dos municípios brasileiros que mantém contratos precários tem rompido os vínculos trabalhistas com os profissionais da educação. Assim, além dos impactos emocionais os docentes têm sofrido inclusive no âmbito econômico, tendo em risco sua subsistência. Segundo Pereira, Santos e Manenti:

> A pandemia causada pelo COVID-19 traz consigo para o sistema educacional, além de vários outros elementos corrosivos, a custosa demanda da constante "reinvenção docente", transmudada esteticamente quanto uma necessária manutenção de uma educação remota que se faça ativa, presente e minimamente acessível, sem considerar, entretanto, as lacunas das condições trabalhistas, estruturais e até mesmo formativas, destes profissionais da educação (2020, p. 29).

Neste cenário, todos compartilham de uma vivência sem precedentes na história mundial pós-guerra. Boa parte dos

professores e alunos irão retomar suas atividades sentindo e vivendo seus lutos. A perda de parentes, amigos, colegas e conhecidos será uma realidade dura a ser enfrentada no contexto social, familiar e escolar. Faz-se necessário não só a manutenção e aprofundamento dos vínculos, mas o planejamento de um retorno que terá um papel crucial para amenizar os impactos sofridos por toda comunidade escolar.

## MARCOS LEGAIS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPO DE PANDEMIA

Com a sanção da Lei Federal nº 13.979 de 2020 e a Declaração da OMS de situação de pandemia mundial, estados e municípios do país passaram a emitir decretos com medidas de combate e enfrentamento à COVID-19 em todo o território nacional.

No estado da Bahia, o Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020, regulamenta as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus. Dois dias depois, o Decreto Estadual nº 19.549, de 18 de março de 2020, declara Situação de Emergência em todo o território baiano, afetado por Doença Infecciosa Viral [...], para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências.

Em 27 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 19.586, suspende em todo território do Estado da Bahia, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 17 de março de 2020 as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros. A suspensão de aulas teve as devidas prorrogações no estado com os decretos subsequentes.

Em efeito cascata, os municípios baianos passaram a emitir decretos suspendendo o calendário. Com a manutenção do cenário de pandemia e o aumento do número de casos no estado e consequentemente nos municípios, foram emitidos novos decretos renovando a manutenção da suspensão das aulas presenciais.

Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) nº 934 que estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior, em decorrência da Lei 13.979/2020. A MP dispensa em caráter excepcional, as escolas de educação básica da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar e mantém o cumprimento da carga horária mínima de oitocentas horas, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. Também dispensa as instituições de educação superior, em caráter excepcional, do cumprimento da obrigatoriedade do mínimo de dias letivos de trabalho acadêmico, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Mediante esse cenário, os conselhos estaduais e municipais de diversos estados e municípios emitiram pareceres ou resoluções de orientações para as instituições escolares de seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e o uso de atividades não presenciais.

O Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE) emitiu a Resolução nº 27, de 25 de março de 2020, que orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares em regime especial. Esta resolução serviu como base para que os conselhos municipais de educação emitissem seus atos no âmbito dos sistemas municipais, frisa-se que antes mesmo dessa resolução diversos municípios e principalmente a rede privada já estavam realizando atividades não presenciais.

Nota-se a ausência de uma diretriz unificada que partisse da esfera federal para os estados e municípios. Destaca-se aqui a necessidade de um sistema nacional de educação que nunca foi instituído no país. Saviani (2008) fez uma análise dos desafios para construção desse sistema nacional articulado de educação no Brasil, destacando:

> Conclui-se, pois, que as dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais e políticas como no âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil. E as consequências desse fato se projetam ainda hoje, deixando-nos num legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população (SAVIANI, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, as resoluções e atos exarados pelos conselhos estaduais de educação foram fundamentais para a organização dos sistemas municipais, das redes privadas e também dos municípios que não possuem sistemas de ensino instituídos por lei. Com esse movimento ocorrendo nos estados e municípios do país, diversas consultas foram formuladas ao CNE solicitando orientações em nível nacional a respeito da organização do calendário escolar e os desdobramentos advindos da pandemia.

O CNE publica em 17 de abril de 2020 o edital de chamamento de consulta pública sobre o texto de referência do parecer que trata da Reorganização dos calendários escolares e a

realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19. Segundo o Conselho Nacional, foram recebidas cerca de 400 contribuições de diversos segmentos e instituições educacionais. O Parecer do CNE nº 05/2020 foi aprovado em 28 de abril de 2020, tendo sido homologado parcialmente pelo MEC em 1º de junho de 2020.

Após tramitação da MP 934/2020 na Câmara Deputados e no Senado Federal (Projeto de Lei de Conversão 22/2020), foi sancionada pelo Presidente da República em 18 de agosto de 2020 a Lei nº 14.040/2020 que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Em 06 de outubro de 2020, o CNE exara o Parecer 15/2020, versando sobre o seguinte assunto:

> Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O parecer aponta caminhos para os sistemas de ensino efetivarem a Lei nº 14.040/2020. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade de junção dos anos letivos de 2020/2021, estabelecendo-se para tanto um *continuum* pedagógico, de modo a não prejudicar a progressão do estudante. Observem o que diz o Parecer:

> Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, e observando-se que a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC admitem diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares contínuos, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Neste sentido, também em 06 de outubro de 2020, o CEE emite a Resolução CEE Nº 48/2020 que normatiza procedimentos para o planejamento do retorno às atividades educativas nas instituições da Educação Básica e da Educação Superior, após os atos decorrentes do Decreto Estadual Nº. 19.586, de 27 de março de 2020 e suas atualizações, no Sistema de Ensino da Bahia.

No capítulo I, essa resolução determina que o retorno às atividades deve estar pautado rigorosamente nas normas públicas explicitadas pelas autoridades sanitárias através dos protocolos de biossegurança. Estabelece também que a reorganização do calendário escolar obedecerá aos princípios do Art. 206 da Constituição Federal e que contará com a participação das comunidades escolares, em conformidade com a Lei nº 14.040/2020. Em seu Art. 3°, o CEE aponta que

> Torna-se obrigatório para a reorganização das atividades curriculares presenciais o empenho pelos modos de redução dos impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, priorizando-se os vínculos entre a saúde psicológica, as estratégias para o autocuidado e o bem-estar dos

> integrantes das comunidades das escolas da educação básica e das instituições do ensino superior, além da organização coletiva no âmbito interno de cada instituição para a gerência do planejamento e do seguimento paulatino das atividades presenciais.

Deste modo, verifica-se que existe uma preocupação com o retorno das atividades presenciais, de maneira que não se adote nenhuma medida precipitada e sem planejamento, evitando maiores danos do que os já causados nesse contexto.

Os atos exarados pelos conselhos, tanto nacional quanto estadual, não trazem soluções ou receitas prontas. Apresentam diretrizes, caminhos e possibilidades que podem ser seguidas pelos estados e municípios para amenizar os impactos causados pela suspensão das atividades presenciais. Buscam respeitar a autonomia dos sistemas de ensino, que de acordo suas realidades poderão planejar ações que visem a garantia do direito à educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

*Geraldo Vandré*

Encerramos esse texto com o fragmento de uma das maiores composições de Geraldo Vandré. Longe de querer colocar nos ombros dos trabalhadores em educação mais uma tarefa hercúlea, sabemos que sem o protagonismo deles não conseguiremos avançar. Embora ainda não haja horizonte visível de superação da pandemia em algum momento retomaremos uma nova normalidade.

É o momento de fortalecer a gestão democrática e o regime de colaboração. Manter e ampliar o diálogo entre o poder público, os conselhos de educação, as instituições e organizações educacionais e garantir a participação de gestores, professores, alunos e família. Neste cenário de incertezas, não existe decisões solitárias. Partindo do diagnóstico situacional, cada sistema de ensino adotará medidas de acordo suas possibilidades e realidades locais, traçando caminhos para superação desse contexto, replanejando, avaliando ações e por fim, se reinventando durante este processo.

Vale destacar a importante atuação de diversas instituições educacionais na elaboração de cadernos, orientações, atividades pedagógicas, plataformas on-line, canais digitais e outros instrumentos objetivando fornecer subsídios para professores, famílias e alunos durante e após a pandemia.

Por fim, é inevitável que vivemos um momento de crises e rupturas, as relações pessoais, afetivas, profissionais sofreram mutações em virtude do isolamento social. A superações dos desafios imposto à educação.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto n. 19.529, de 16 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BAHIA. **Decreto n. 19.549, de 18 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BAHIA. **Decreto n. 19.586, de 27 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 27, de 25 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 48 de 06 de outubro de 2020**. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br>Acesso em: 04/11/2020.

BRASIL. **Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BRASIL. **Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BRASIL. **Medida Provisória n. 934, de 1 de abril de 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 05, de 28 de abril de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 15, de 06 de outubro de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 04/11/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à internet e à Televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. "Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia: os impactos das

atividades remotas". **Boletim de Conjuntura (BOCA**), vol. 3, n. 9, 2020

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Lisboa: Edições Almedina S.A, 2020.

SAVIANI, D. "Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação". **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 6, n. 2, 2008.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

# CAPÍTULO 4

*Analfabetismo e a pandemia da COVID-19*

# ANALFABETISMO E A PANDEMIA DA COVID-19

*Hercules Guimarães Honorato*

*Marcela Duarte-Herrera*

O mundo globalizado atual, onde as fronteiras físicas são apenas meras referências simbólicas, está integrado e conectado em comunidades e organizações, em que novas conexões de tempo e espaço são construídas, tornando-o, em realidade e em experiência, mais interconectado (HALL, 2005). Bauman (1999, p. 67) nos deixa claro que o "[...] significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; ausência de um centro [...] é a nova desordem social". Dentro dessa desordem de um centro vem ao encontro do que o mundo vive atualmente, a partir da declaração, em março de 2020, da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), agência da ONU criada para coordenar o desenvolvimento regional, a pandemia chegou à América Latina em um momento de baixo crescimento econômico e tenderá a levar 28,7 milhões de pessoas à pobreza, um aumento de 4,4% com relação a 2019. A crise terá maiores impactos sobre os mais vulneráveis, idosos, jovens desempregados, subempregados, mulheres, trabalhadores desprotegidos e trabalhadores migrantes, com consequente aumento da desigualdade (CEPAL, 2020). Os impactos sociais mostram um aumento das taxas de pobreza e extrema pobreza e a persistência das desigualdades. "Nesse contexto, a crise terá repercussões negativas na saúde e na educação, bem como no emprego e na pobreza" (CEPAL, 2020, p. 9).

O professor Moacir Gadotti (2008, p. 59) ressalta que "o primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar, diante de um mundo que sempre o silenciou", deixando claro que, ratificado pelo art. XXVI, da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), há o direito universal à instrução, esta que deverá ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais; e obrigatória. Caminhando *pari passu*, em um contexto atual, temos a Agenda 2030 da própria organização (ONU, 2015), que em seu objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) nº 4 (quatro), onde deveremos procurar assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos estabelece a determinação para acabar com a pobreza e a fome, garantindo que todas as pessoas possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

A pobreza que tenderá a aumentar, o desemprego que caminhará para um aumento considerável pela paralização das economias, e, nesse mesmo rumo, soma-se a circulação de pessoas que ficou compulsoriamente dificultada com um distanciamento social. As instituições de ensino pararam por um período incerto, fecharam suas portas, pois ainda não é sabido o que vai acontecer nos próximos dias, meses ou mesmo anos. Ensinar é desenvolver uma ação estratégica especializada, fundada no conhecimento próprio, ou seja, o do professor, em qualquer época e lugar. Esse, por sua vez, busca fazer com que todos os seus estudantes, independentemente do nível escolar – crianças, jovens ou adultos - aprendam algum conteúdo, que se considera socialmente necessário na formação do cidadão.

O ensino e aprendizagem foram se adaptando e se moldando, via educação a distância ou como ficou conhecido no Brasil como "ensino remoto", quando os ambientes familiares foram adaptados a serem salas de aula improvisadas, ocasionando um conjunto de

medos e incertezas quando ao futuro do estudante. Esta pesquisa, portanto, é um recorte de um amplo estudo de caso que foi realizado pelos autores, por intermédio de um diálogo Brasil e Colômbia, de um tema ainda pouco discutido mesmo nos dias atuais – o analfabetismo - um símbolo claro da exclusão social e que também padece, em grande medida, com o fechamento das escolas no combate à COVID-19, da sua erradicação.

O objetivo deste artigo é apresentar a relação professor e aluno, sendo este um indivíduo analfabeto, na visão de docentes em atividades na educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. Este estudo se torna relevante, em especial por apresentar um tema importante e muito pouco discutido na atual conjuntura de nossas sociedades tecnológicas e globais, além do que há poucas investigações que procuram apresentar o analfabetismo e o seu legado de invisibilidade da pessoa (WINCK, 2019). Não será tratado o analfabetismo digital, mas o analfabetismo absoluto e funcional. Importante ratificar que este tema tem seu caminho no atual estado de pandemia com o fechamento das escolas.

Este artigo está dividido em três seções principais, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta a metodologia empregada, ou seja, o caminho escolhido para o atingimento do objetivo central colimado. A segunda trata do estado da arte levantado no Brasil sobre o analfabetismo na conjuntura atual, seus principais conceitos, sem esquecermos do arcabouço estruturante da história que nos levou a termos um contingente considerável de analfabetos ainda neste século. Na última seção são apresentados as análises e discussões inerentes ao objeto deste estudo em função da coleta de dados de professores em atividades na EJA na cidade do Rio de Janeiro.

Assim contextualizado, a seguinte questão de pesquisa norteou este trabalho: Como está se desenvolvendo a relação professor e aluno - jovens e adultos em alfabetização - nesse período

de fechamento das escolas devido à pandemia da COVID-19?

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica de investigação adotada nesta pesquisa foi qualitativa, que segundo Alves-Mazzoti e Gewandsnajder (1999, p.163) é "caracteristicamente multimetodológica, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados". O caminhar deste estudo contou ainda com pesquisas documental e bibliográfica como técnicas exploratórias iniciais, onde se buscou estabelecer relações sobre o analfabetismo, a relação professor-aluno e a pandemia da COVID-19, com um levantamento de artigos em sítios acadêmicos na internet, sobre a continuidade do ensino e aprendizagem dos jovens e adultos com as escolas fechadas.

Como já informado, este estudo é um recorte de um estudo de caso sobre o tema do analfabetismo, um diálogo que foi realizado entre Brasil e Colômbia. Para o estudo citado, foi construído, como instrumento de coleta de dados, um pequeno questionário, com duas perguntas fechadas e quatro abertas e disponibilizado via *google forms* na internet, com distribuição para professores da EJA de ambos os países. Foram 12 os professores brasileiros que retornaram o questionário preenchido. Como o estudo tem como foco a relação professor e o aluno jovem e adulto em alfabetização e a pandemia da COVID-19, das perguntas abertas, apenas a última foi analisada, pois está diretamente ligada ao objeto de estudo.

De posse do resultado do questionário, estruturado no quadro teórico, efetuou-se uma análise do material gerado, com base nos eixos considerados – pandemia da COVID-19, relação professor e aluno, estudante analfabeto, ensino e aprendizagem.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao iniciarmos um estudo que tem como base a educação, que em grande medida representa um fato social, visto que ela se impõe, segundo Freitag (1984, p. 16), coercitivamente a pessoa que, "[...] para o seu próprio bem, sofrerá a ação educativa, integrando-se e solidarizando-se com o sistema social em que vive. Os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais [...]". Essa autora ainda afirma ainda que ela sempre expressa uma doutrina pedagógica com base na concepção de homem e sociedade, cujo processo educacional caminha por instituições específicas, como a família, a escola, a comunidade e a igreja.

Partindo-se desse olhar, entramos em um conceito que se adere ao sentido da educação em um contexto concreto, o da formação da identidade do cidadão integrante de uma sociedade, que Stuart Hall (2005) nos deixa claro que ela é formada na interação entre o eu e a própria sociedade. Esse autor afirma que ela "[...] surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro dos indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*" (HALL, 2005, p.39, grifo do autor). Se juntarmos os grifos desse autor teremos um relacionamento importante entre o indivíduo e a sociedade: o seu caráter de pertencimento e o do ser reconhecido.

Em estudo sobre os "desconceitos" que são expostos em relação ao indivíduo analfabeto, o professor Alceu Ravanello Ferraro (2004, p. 112), um dos estudiosos do tema no Brasil, transfere para o leitor que existem formulações enviesadas conceituais, "que representam antes munição para o uso na luta ideológico-política, do que instrumentos de análise científica da realidade social". E assim, encontramos em nossas leituras o

analfabeto: ser invisível, cegos sociais, baixa autoestima, excluído, apartação social, homem perdido, natural inferioridade, subcidadão, cidadão incompleto, ralé brasileira, ignorante, cegueira, preguiçoso, doente, erva daninha, incapaz, perigoso socialmente, estúpido, inconsciente, populacho ignaro, bronco, marginal entre outros adjetivos depreciativos (LEÃO, 2012; SOUZA, 2006; FERRARO, 2002, 2004; ANDRADE; MOREIRA, 2019; FREIRE, 1981; VILAS BOAS; HOLANDA; CASTRO, 2019; BARBOSA; DELAGUETTI, 2015).

O analfabetismo não pode e nem deve ser considerado como uma doença, um "desconceito" preconceituoso, que deve ser curado, mas um problema social a ser resolvido por todos para que o indivíduo analfabeto possa viver com dignidade (BARBOSA; DELAGUETTI, 2015). O analfabetismo é consequência da negação de um direito e não será eliminado sem a mobilização da sociedade (GADOTTI, 2008, p. 19). Paulo Freire (1982, p.11), em seu livro "Educação e Mudança", deixa-nos claro que:

> Deformados pela acriticidade, não são capazes de ver o homem na sua totalidade, no seu que fazer-ação-reflexão, que sempre se dá no mundo e sobre ele. Pelo contrário, será mais fácil, para conseguir seus objetivos, ver o homem como uma "lata" vazia que vão enchendo com seus "depósitos" técnicos.

A partir desse ponto, alguns conceitos principais devem ser expostos, como: analfabeto absoluto, analfabeto funcional e letramento. Analfabeto absoluto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seria a pessoa que se declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, além de incluir aqueles que relatam que aprenderam a ler, mas já o esqueceram (PAINI *et al*., 2005). O analfabeto funcional, em síntese

e segundo Winck (2019), seria as pessoas com menos de quatro anos de estudos. O letramento seria o indivíduo que sabe ler e escrever, porém não necessariamente as utiliza em sua vida cotidiana (PAINI *et al.*, 2005). Gadotti (2008, p. 14) esclarece que se a pessoa alfabetizada "não usa o que conhece, acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém-alfabetizado".

O analfabetismo no Brasil é histórico. Tem sua origem na chegada dos europeus em terras de além-mar, que viria a ser o Brasil, onde "encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai" (FAUSTO, 2006, p. 37). A chegada dos portugueses representou uma verdadeira catástrofe para os índios, pois os "[...] índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes (FAUSTO, 2006, p. 40).

Os colonizadores lusitanos não se preocupavam com a sua colônia e nem com os seus habitantes. A produção econômica no período colonial era agrícola, com uma sociedade agrária, latifundiária e escravista. Com este tipo de sociedade, segundo Ferraro (2012, p. 47), se tivéssemos uma instrução primária efetiva, a elite colonizadora "teria cavado a própria sepultura se houvesse o alargamento da escolarização e alfabetização do povo". Em 1872, quando foi realizado primeiro censo brasileiro, uma taxa elevadíssima de analfabetos foi verificada: nada menos que 78% para toda a população de dez anos ou mais, contanto pessoas livres e escravas. O analfabeto não tinha direito a voto, o que só foi corrigido mais de 100 anos depois, na atual Constituição Cidadã, de 1988 (BRASIL, 1988).

Atualmente, sendo o Brasil uma país continente e com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD

Contínua) 2019 (IBGE, 2019), a taxa de analfabetismo absoluto das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). O que se poderia inferir é que o quantitativo exposto seria, em grande medida, de pessoas adultas, o que não retrata a realidade atual. O que se verifica é um crescimento dos jovens brasileiros que estão com acesso restrito a escola, uma permanência precária e uma qualidade do ensino e aprendizagem comprometida (PAINI *et al*., 2005).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu inciso I do art. 208, estabelece como dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia assegurada do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. O que podemos asseverar é que existe uma preocupação em erradicar o analfabetismo, tanto na Carta Magna quanto no Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor (BRASIL, 2014). Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018), com dados levantados em 2018, temos 30% da população brasileira adulta com o alfabetismo rudimentar, que, em síntese, seriam os analfabetos absolutos e funcionais.

No combate ao analfabetismo, foi criada pelo governo federal a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permitindo que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2020). Normalmente as aulas são ministradas a noite, quando as salas de aula estão vazias das turmas regulares do fundamental ou médio.

Costa e Bresolin (2019, p. 101) argumentam que “as escolas

ainda carecem de uma infraestrutura de qualidade, os profissionais que atuam na EJA ainda não têm uma formação específica para este público". Paulo Freire (1981), em seu método de alfabetização de adultos, afirma que o ato de ensinar não deve ser mecânico, como um depositar de palavras, sílabas e letras, devendo-se dar um valor especial à experiência existencial dos alfabetizandos. Por esse trilhar, existe o "Ato de Conhecimento", que para que exista, "o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo" (FREIRE, 1981, p. 40). Gadotti (2008, p. 51) realça também a importância na formação do professor alfabetizador de jovens e adultos, "a partir de uma metodologia dialógica e conscientizadora".

Segundo Libâneo (1994, p. 29) "O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos". É uma via de mão dupla, cujo fluxo é determinado pelo impacto da ação docente na vida dos alunos. É um processo que se encontra em patamares mais elevados do que a mera transmissão de conhecimentos e de oportunidades para a aquisição de habilidade e desenvolvimento de competências. Assim, temos a responsabilidade de melhor nos prepararmos para a nossa profissão, pois acreditamos que, por intermédio da prática escolar e do nível de influência que empreendemos sobre os alunos, ainda mais se adultos, podemos proporcionar-lhes possibilidades de exercer o seu direito à educação.

A sala de aula é o *lócus* onde a relação professor e aluno se desenvolve em maior intensidade, em princípio, em todo o processo de ensino-aprendizagem. A gestão da sala de aula supõe um gesto que se apoie, ao mesmo tempo, nos saberes a construir, nos procedimentos de implementação das atividades e na lógica das interações dos alunos com o mestre. Freire (2008, p. 86) ressalta que "o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e

não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve".

Um ponto prejudicado com o fechamento das escolas é a relação direta professor e aluno. Importante aspecto dessa relação é que a conduta do professor exerce influência direta sobre a motivação e a dedicação dos seus alunos ao aprendizado. Temos que estar convencidos de que todos os alunos são importantes, que é nossa vontade fazer com que todos participem e vejam que a relação tem que ser igual aos elos de uma corrente, fortes e unidos em um determinado objetivo. Um bom relacionamento com nossos alunos, portanto, é condição *sine qua non* para a eficácia da tarefa docente na construção de estruturas fortes para o caminhar autônomo dos mesmos.

Assim, portanto, precisamos procurar uma nova forma de ensinar e aprender, pautada no contexto do mundo atual e considerando o que se tem em casa, o envolvimento da família e a vida de distanciamento social. É preciso explorar novas maneiras de aprendizagem e interações que estimulem a curiosidade e a criatividade nos alunos, independente se adultos, para além do currículo acadêmico. O papel docente está em "incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim" (FREIRE, 2008, p. 118). Conteúdo sem contexto, na prática docente não gera significado.

No momento em que o ensino remoto foi o caminho escolhido por boa parte das redes de ensino, podemos afiançar que no caso em estudo, da educação de jovens e adultos, tal situação, em grande medida, não teve um ajustamento correto, em especial devido a:

1. falta de acesso à internet de qualidade e gratuita;
2. de ambientes propícios e tempo disponível para o

estudo em casa, depois de uma jornada de trabalho;
3. a não existência de computadores ou o uso restrito do celular;
4. não preparação docente e discente para o uso das mídias eletrônicas;
5. o analfabetismo também digital do alunado;
6. desmotivação dos alunos pela falta de contato direto e imediato com seu professor, importante no trato dos adultos em alfabetização, o que não aconteça na sala de aula presencial.

O analfabeto, que antes era diagnosticado como fruto da pobreza e da marginalização, passou a ser, atualmente, como efeito de uma pobreza gerada por uma estrutura social injusta e não igualitária (SOARES, 1996 *apud* COSTA; BRESOLIN, 2019, p. 97). O ser humano não nasce pronto para trilhar o seu caminho de vida. Necessita dos seus pares para o seu desenvolvimento e formação. A gênese da construção sócio-política do homem acontece por intermédio da educação, uma mediação que vai ser desenvolvida para a sua autonomia e para a sua integração social. Barbosa e Delaguetti (2015) se somam ao nosso pensamento quando apresentam que o indivíduo, qualquer que seja, não deseja ser analfabeto, um cidadão incompleto, com baixa estima, exclusão social e não pertencimento.

Foi lançado em outubro de 2020, o documento 10 princípios em defesa da educação pública nas eleições 2020 é uma ação da Rede Comunica Educação, composta 14 sociedades científicas e entidades acadêmicas e de classe da área da educação. O princípio dez trata da garantia da qualidade social, resume para os futuros prefeitos e vereadores brasileiros que temos 11 milhões de analfabetos com idade a partir de 15 anos e que esse número se conecta com "a pobreza, o subemprego e a discriminação, deixando determinados grupos em destacada vulnerabilidade social em

relação ao restante da população" (REDE COMUNICA EDUCAÇÃO, 2020, p. 26). Tais conexões também foram apresentadas no quadro teórico levantado, o que afirma que a mitigação do analfabetismo deve ser uma ação de todos os integrantes da sociedade, incluindo, com certeza, os poderes executivo e legislativo.

## ANÁLISES E DISCUSSÕES

Como participado na introdução e também na metodologia, este artigo é um recorte de um estudo maior, que abriu um diálogo Brasil Colômbia sobre o tema do analfabetismo nestes países. O instrumento de coleta original contou com duas perguntas fechadas, que trataram respectivamente da experiência e modalidade de contrato dos professores em atividades em turmas de EJA, do primeiro ciclo, ou seja, na alfabetização de jovens e adultos. Os sujeitos deste estudo são professores do município da cidade do Rio de Janeiro.

Os respondentes totalizaram 12 professores assim distribuídos em relação a sua experiência profissional na educação de jovens e adultos: (i) sete com mais de dez anos; (ii) um com sua experiência entre seis e dez anos; e (iii) quatro com até cinco anos de experiência. Podemos verificar que a maioria respondente tem mais de dez anos de docência nesse tipo de ensino, o que se mostra importante, visto que a EJA é uma política de Estado, que tem que caminhar com uma educação de qualidade ao adulto em alfabetização, que tenderá a formação para uma boa cidadania com uma inclusão social efetiva, no seu emponderamento e pela solidariedade criada entre docentes e discentes.

Em relação ao regime de trabalho dos professores

respondentes, verificamos a não existência de voluntários, enquanto a maioria representativa de nove foram nomeados exclusivamente para professores alfabetizadores e três foram contratados para uma ação direta na EJA. O que isso afiança é que existe uma preocupação de termos professores com vínculo empregatício no município do Rio de Janeiro, em especial os nomeados em concurso público. Gadotti (2008) estipula três condições básicas para um movimento exitoso na alfabetização de jovens e adultos: (i) empenho e organização dos movimentos sociais; (ii) vontade política da administração, nesse ponto está o poder público; e (iii) apoio da sociedade.

A pergunta que foi foco neste estudo foi a seguinte: Como está se desenvolvendo a sua relação professor e aluno nesse período de fechamento das escolas devido à pandemia da COVID-19? A fim de complementar o nosso questionamento, solicitamos aos professores que expusessem os relatos "marcantes" de experiências positivas e negativas. A análise foi desenvolvida na leitura das respostas ancoradas no referencial teórico levantado, e caso seja necessário expor algumas das respostas literalmente, a mesma foi transcrita, citando apenas o bigrama P1 até P12, como fator importante na manutenção do anonimato da fonte.

O respondente P2 apresentou pontos importantes que foram também destacados no referencial teórico, que deixaram claro a importância de uma relação positiva e concreta do professor alfabetizador com seus alunos.

> Primeiramente é importante criar o vínculo do afeto. Compreender que educação de adultos vai para além da leitura da palavra. São pessoas recheadas de histórias e de vida que jamais podem ser desprezadas. Neste momento, mais do que nunca, as atividades são balizadas em ações de humanização!

> Fazer contato com alguém que não fala a muito tempo. Assistir um vídeo de uma música e cantar o trecho que mais chamou atenção.

O período de isolamento social com o fechamento das escolas foi um marco negativo na educação em qualquer nível escolar, não poderia ter sido diferente para os jovens e adultos que, em sua larga maioria, trabalha de dia e estuda a noite, em situações de informalidade ou de subemprego, em especial devido a sua condição de pessoa analfabeta. Os professores alegaram que foi um grande desafio que estão vivendo nesse período. P1 comenta que tem contato com cerca de 50% dos seus alunos, com pouco retorno das atividades que propõe, em especial pelo analfabetismo também familiar e digital, além de "falta de internet; apenas um aparelho celular para o uso de várias pessoas".

O reconhecimento que estamos vivendo um período de disruptura social e emocional está claro nas palavras de P4, que procurou tanto o aspecto positivo quanto negativo, mas conclui e reconhece que o momento requer esse afastamento,

> O ponto positivo é que professores e alunos perceberam que a tecnologia é uma ferramenta de extrema importância para o nosso século e sem ela estamos estabilizados, sem fazer avanços necessários. O ponto negativo é a distância, a falta de contato físico, o olho no olho que para a educação esses contatos são de extrema importância.

Este ponto negativo levantado é de extrema importância na relação professor-aluno, quando a perda do olho no olho, do contato direto, de tirar as dúvidas no momento que surgem e que não se acumulam, deixam claro que a sala de aula presencial alavanca uma

relação positiva no caminhar do alfabetizante em sua busca de reintegração social via educação.

Uma situação que no pós-pandemia deve ser muito discutida, ou seja, o aumento que poderemos ter nas desigualdades educacionais, e porque não dizer para o caso em estudo, também sociais e econômicas. O professor respondente P5 transparece sua preocupação ao apresentar que "A maioria dos alunos são empregados domésticos, da construção civil e trabalho informal. Muito difícil desenvolver objetivo pedagógico com quem está saindo diariamente das suas casas, com medo da doença é também do desemprego".

O que verificamos é que o professor está se reinventando, e com a sua forma de ensinar sendo moldada ao tempo, ao espaço e ao seu dia a dia, não deixando ninguém para trás, pois soluções devem ser buscadas, estratégias da arte de ensinar devem ser tentadas. P5 ainda ressalta que "o ponto positivo é que mesmo sendo um grupo de pessoas que ainda não adquiriram a habilidade da leitura e da escrita. Não estamos permitindo romper o vínculo. Usamos o *WhatsApp*. Para ouvir histórias, poesias, relatos, trocar receitas, entre outros.

O espaço da sala de aula é o local de ação do professor, onde atua como uma pessoa que busca construir conhecimento por intermédio da sua relação com seus alunos. P10, reafirma tal situação de fechamento compulsório das escolas, ao retratar que "A ausência do espaço escolar e a interação social são fatores muito prejudicados neste processo", o que não nos deixam dúvidas. Uma outra visão do comportamento humano com solidariedade, reflexão e aprendizagem foi o que apresentou P12 em sua resposta, porém, refletido nos demais respondentes não citados, um sentimento de impotência por não alcançar os objetivos, estresse, dificuldade de lidar com as tecnologias.

Podemos verificar que os professores alfabetizadores têm a preocupação constante com seus alunos, em especial nas condições atuais que estamos vivendo no mundo. O enfoque da alfabetização deixa de ser pedagógico, passando para um olhar predominantemente sociológico. Como síntese desta seção podemos citar uma frase de Paulo Freire (2008, p. 23), retirada do seu livro "Pedagogia da Autonomia", onde esse autor deixa claro que "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro".

A responsabilidade pelo fracasso das pessoas analfabetas e a sua exclusão da sociedade não pode ser totalmente colocada em suas costas. Um conjunto de fatores contribuem para isso nos dias atuais, como: (i) precariedade do sistema de ensino; (ii) infraestrutura de qualidade nas escolas; (iii) um processo lento de alfabetização; (iv) formação específica dos professores para esses alunos; (v) condições matérias de sua existência, a pobreza e estrutura social não igualitária; (vi) dicotomia entre estudo e trabalho; (vii) a escola excludente; (viii) prioridade nos investimentos necessários na Educação de Jovens e Adultos; (ix) falta do envolvimento efetivo da sociedade; e (x) direitos constitucionais negados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da epígrafe introdutória deste artigo teve uma motivação principal. Quando um poema de 1928 foi o escolhido, que procurou retratar a angústia vivida por uma pessoa entre a sua realidade e o seu sonho, entre o seu pessimismo e até a sua morte. O fracasso que é sentido e demonstrado pelo indivíduo jovem ou adulto analfabeto nas primeiras três linhas do poema, "Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. [...]". Os

"desconceitos" que foram listados anteriormente se somam ao não ser nada, pois nunca serão nada e não podem querer mais nada, pois já são adultos e o tempo não volta mais.

O analfabetismo no Brasil é histórico e foi construído pela participação da classe dominante, desde a colônia até os dias atuais, o que pode ser comprovado pelo número excessivo de pessoas analfabetas ainda neste século. O tema é relevante, mas pouco discutido ou pesquisado. Fala-se e escreve-se sobre grau de alfabetização, mas a raiz do problema que restringe o desenvolvimento da pessoa, lembrando que somos seres sociais e moldados historicamente, incompletos, em constante busca por um lugar ao sol, em um mundo que, no momento, passa por uma das piores fases de sua existência, com o advento de uma emergência sanitária.

A passagem das atividades formais e presenciais para a virtual, em especial na educação de jovens e adultos, infere-se que trará diversas consequências, com um aumento nas desigualdades educacionais, com tendências da desmotivação desse aluno que trabalha o dia todo, em subemprego e na economia informal, tendo que estudar a noite, em condições não desejadas. Devemos refletir acerca de tudo que está acontecendo e, no final, procurarmos não repetir os mesmos erros e transmitir adequadamente os possíveis acertos, pois sabemos que o contato constante e motivacional com os estudantes deve partir dos professores, atraindo o seu aluno nas mais diversas formas comunicativas, nem que seja por intermédio de trocas de receita de bolo.

A relação professor e o aluno, no caso de jovens e adultos em processo de alfabetização com certeza está prejudicada. A pessoa que procura o caminho da volta aos bancos escolares creem que a educação, como prevista em nossa constituição, é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o apoio da sociedade, e que assim deixarão de ser invisíveis como cidadãos, se

qualificando melhor para o trabalho e melhoria social. Uma frase síntese, transcrita do livro "Educação e Mudança" de Paulo Freire (1982), que se encaixa muito bem onde uma pessoa analfabeta deseja chegar: "quero aprender a ler e a escrever para deixar de ser sobra dos outros".

Devemos ter, enquanto sociedade, condições de reforçar a busca constante por uma educação de qualidade, com aprendizagem verdadeira e significativa. O trabalho docente deve ser respaldado com elementos do direito à cidadania e a formação humana, apresentando sempre que por intermédio da educação, mesmo que na atualidade, é o processo que acarreta com certeza uma mudança social tão desejada por qualquer cidadão.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA/INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneiras, 1999.

ANDRADE, A. C.; MOREIRA, M. S. "Reconhecimento e cidadania dos analfabetos no Brasil: uma questão histórica e política". **Revista FIDES**, vol. 10, n. 2, 2019.

BARBOSA, E. A.; DELAGUETTI, S. "Eu sou analfabeto, e você? Considerações sobre a leitura e compreensão de uma invisibilidade brasileira". *In:* **Novas fronteiras da Psicologia Social**: o que nos aprisiona e o que nos liberta. Lulu.com, 2016.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2020.

CEPAL. "América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: Efectos económicos y sociales". **Informe Especial COVID-19**, n. 1, 2020.

COSTA, C. K. V.; BRESOLIN, F. "Educação de jovens e adultos no período ditatorial e pós-ditatorial no Brasil: uma breve análise dos programas de alfabetização e letramento". **Caderno Intersaberes**, vol. 8 n. 14, 2019.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2006.

FERRARO, A. R. "Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?". **Revista Educação e Sociedade**, vol. 23, n. 81. 2002.

FERRARO, A. R. "Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão". **Revista Perspectiva**, vol. 22, n. 01, 2004.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

FREITAG, B. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

GADOTTI, M. **MOVA, por um Brasil alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil – População**: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/08/2020.

LEÃO, M. "Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema". **Revista Aedos**, vol. 4, n. 11, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

PAINI, L. D. *et al*. "Retratos do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil". R**evista Acta Scientarium: Human and Socail Sciences**, vol. 27, n. 2, 2005.

REDE COMUNICA EDUCAÇÃO. "10 princípios em defesa da educação pública nas eleições 2020". **Portal Eletrônico ANFOPE** [2020]. Disponível em: <https://www.anfope.org.br>. Acesso em: 11/11/2020.

OLIVEIRA, A. “Tudo sobre EJA: o que é e como funciona?” **Portal Eletrônico Educa Mais Brasil** [2020]. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso em: 10/11/2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: ONU, 1948.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 11/11/2020.

SOUZA, J. (orgs.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

VILAS BOAS, G. B.; HOLANDA, M. J. B. de; CASTRO, A. C. “Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA”. **Revista Projeção e Docência**, vol. 10, n. 1, 2019.

WINCK, F. **Analfabetismo funcional entre vestibulandos dos cursos de graduação em Letras, História e Jornalismo** (Dissertação de Mestrado em Letras). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

# CAPÍTULO 5

*A nova normalidade e os impactos no âmbito universitário*

# A NOVA NORMALIDADE E OS IMPACTOS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

*Douglas Souza Guedes*

*Tauã Lima Verdan Rangel*

O ano de 2020 será lembrado como o ano da pandemia de Covid-19, como o ano do isolamento social e como o ano em que são postas em xeque as metodologias do ensino a distância e do ensino remoto. Tal discussão ocorre por conta da repentina adoção de tais métodos em razão da pandemia de COVID-19. O estado de crise pandêmica atingiu também a educação e muito se tem questionado se o ensino remoto atende de forma adequada e equitativa a estudantes e professores.

No presente estudo são propostas discussões acerca da percepção dos estudantes universitários acerca do ensino remoto emergencial, da forma com que esse ensino foi implantado, das dificuldades enfrentadas nesse processo e da necessidade de se repensar a relação de ensino-aprendizagem no ambiente remoto. Na elaboração dessa pesquisa, foi de suma importância o levantamento de bibliografia e a realização de uma revisão documental especializada na busca pelos conceitos basilares necessários a construção do tema proposto. A metodologia empregada na elaboração do presente estudo pautou-se na utilização do método dedutivo. Em relação à técnica de pesquisa, optou-se pela revisão de literatura sistemática, analisando-se artigos, pesquisas e textos diversos referentes ao tema em questão.

## CENÁRIO PANDÊMICO E OS DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por umas das piores pandemias da história, a COVID-19 surge no final de 2019, colocando o mundo inteiro de joelhos. Essa nova cepa da família do coronavírus é oriunda, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), da cidade de Wuhan, localizada na província chinesa de Hubei. O novo coronavírus até então não havia infectado seres humanos e a crise que se iniciou em Wuhan se espalhou por todo o mundo. No final de janeiro de 2020 pesquisadores chineses identificaram o que se tratava de um novo subtipo de coronavírus. Diante de um quadro de rápida propagação e contaminação em um nível nunca antes observado a OMS, no mês de março de 2020, classificou o surto enquanto pandemia (OPAS, 2020 *apud* PALÚ, 2020, p. 87-88).

Uma das consequências da pandemia a da crescente curva de contágio com milhares de contaminados foi à adoção do isolamento social, sendo assim, as escolas e universidades tiveram que suspender suas atividades presenciais. Nesse cenário, começam a surgir uma série de desafios para viabilizar um sistema de ensino remoto implantado em caráter emergencial e "às pressas" (RIBEIRO; SOUSA, 2020).

O desafio inicial diz respeito à disponibilidade de material digital, ou melhor, dizendo dispositivos que viabilizassem o acesso às aulas remotas, quais sejam computadores, smartphones, tablets, etc., sem contar o acesso à rede de internet, essencial para viabilizar esse projeto. É importante ressaltar que esse processo não ocorreu de forma igualitária para todos, pois o "Brasil, um dos países considerados democráticos, é também uma das nações mais injustas, onde poucos detêm a maior parte da riqueza e a maioria da população vive em grande pobreza" (RIBEIRO; SOUSA, 2020).

Com os estudantes em isolamento social, começam a surgir outros problemas, todos relacionados com a questão da desigualdade socioeconômica, que reflete diretamente na qualidade de vida do indivíduo, muitos estudantes têm então direitos básicos cerceados, direitos como a alimentação adequada, energia elétrica e até mesmo ao saneamento básico. Outro fator de grande relevância é o chamado "clima doméstico", caracterizado muitas das vezes pela violência, ausência de rotina capaz de viabilizar um momento adequado de estudo/aprendizagem e ausência até mesmo de um espaço adequado para os estudos. A situação é tão crítica que o apoio dos pais aos estudantes, não ocorre por condições materiais/financeiras, mas existe uma barreira imposta pela "condição existencial" dos mesmos, tamanha complexidade do tema em discussão (RIBEIRO; SOUSA, 2020). Ainda de acordo com Palú:

> Dessa forma, a pandemia e as transformações por ela causadas colocam em xeque não somente os sistemas de saúde mundial, mas também apontam para a importância de problematizarmos o estágio atual do capitalismo e suas implicações para a humanidade, em especial, para o campo educacional. Destacamos que as escolas constituem espaços de grandes aglomerações de pessoas e em razão das particularidades dessas instituições tiveram de ser fechadas no mundo inteiro; por esse motivo, a oferta desse direito está sendo reorganizada, porém em novos moldes, sendo que grande parte delas está ofertando atividades de maneira remota (PALÚ, 2020, p. 89).

No tocante a Educação, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020 *apud* DIAS; PINTO, p. 545) a pandemia de COVID-19 foi

responsável pela interrupção das aulas em escolas e universidades ao redor do mundo, afetando cerca de 9 em cada 10 estudantes (SENHORAS, 2020). Tendo em vista esses dados, surge a seguinte indagação: o que esperar da educação num cenário pós COVID-19? Bom, no retorno das aulas, uma futura e grave recessão econômica aprofundará desigualdades já existentes, o que pode ocasionar perdas no campo da educação. Em razão disso, é necessário e urgente, que sejam criadas políticas públicas de incentivo, melhoramento e fomento da educação e pesquisa públicas (DIAS; PINTO, 2020, p. 545). Conforme prelecionam Maia e Dias:

> Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, software e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem. Não podemos esquecer que saúde física e saúde mental andam juntas. A duração prolongada do confinamento, a falta de contato pessoal com os colegas de classe, o medo de ser infectado, a falta de espaço em casa – torna o estudante menos ativo fisicamente do que se estivesse na escola – , e a falta de merenda para os alunos menos privilegiados são fatores de estresse que atingem a saúde mental de boa parte dos estudantes da Educação Básica e das suas famílias. Estimular a solidariedade, a resiliência e a continuidade das relações sociais entre educadores e alunos nesse período é fundamental, pois ajuda a minorar o impacto psicológico negativo da pandemia nos estudantes. Agora, importa prevenir e reduzir os níveis elevados de ansiedade, de depressão e de estresse que o confinamento provoca nos estudantes em quarentena (MAIA; DIAS, 2020 *apud* DIAS; PINTO, 2020, p. 546-547).

É, portanto, perceptível que existe certa urgência na revisão e debate acerca de mecanismos que auxiliem o atual modelo de educação no sentido de garantir aos estudantes uma aprendizagem adequada, e ainda que "permitam que essa trajetória educativa seja avaliada de forma assertiva". As mudanças e melhorias não se restringem ao campo material/tecnológico, mas também com o aperfeiçoamento do capital humano no tocante a formação continuada dos professores e profissionais que atuam na área da educação (GRADISOLI; JACOB; MARCHINI, 2020).

É necessário lançar olhares críticos no sentido das "desigualdades educacionais", que são oriundas de outras diversas desigualdades na forma de exclusão e injustiça social, tais fatores foram agravados de forma considerável com a atual crise pandêmica. "Vale ressaltar que o momento atual pode se configurar em uma onda de desigualdade ao longo dos próximos anos" (GRANDISOLI; JACOB; MARCHINI, 2020). Conforme Ribeiro e Sousa:

> Saindo do foco da estrutura social dos estudantes e suas famílias, os desafios são encontrados também na condição docente para efetivar as atividades remotas. Sem as devidas formações que os qualifiquem para atuar nas atividades remotas, pois são maneiras completamente diferentes do agir pedagógico (uma coisa é a aula presencial, outra bem diferente é o ensino a distância) e mesmo tendo que arcar com seus próprios custos e ferramentas, trabalhando em home office, os docentes, muitas vezes, expressam angústias e estresses, já agravados pela situação de pandemia, que por si é ansiogênica. Antes os professores já sinalizavam para uma sobrecarga de trabalho, e por esses dias de pandemia, muitos indicam estarem em jornada dupla, com cobranças ilimitadas a todo o momento. Alguns relatam executarem atividades em regime de

> dedicação exclusiva, tendo que, por exemplo, atender pais que enviam mensagens a todo o momento e gestores que exigem por serem também exigidos, em torno do cumprimento de cronogramas antes pensado para uma escola em regime presencial (RIBEIRO; SOUSA, 2020).

As instituições de ensino devem se distanciar do discurso necrófilo de que a qualquer custo a economia não pode parar. Afirmar que as atividades estudantis e de pesquisa podem se manter sem alteração é algo extremamente antipedagógico, irresponsável e cético com relação a gravidade da crise pandêmica. Além disso, manifesta-se a negação no instante em que se reconhece que esta é uma experiência atípica na vida de alunos e professores e que essa situação suprime a possibilidade das instituições estarem mais próximas dos alunos numa mediação intitulada "educuidadora" (RIBEIRO; SOUSA, 2020).

## ENSINO REMOTO E O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

A chamada Educação a Distância (EaD) posta em prática por meio das tecnologias da informação já é utilizada a algum tempo, sobretudo pelas instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação e pós-graduação. O sistema remoto de ensino possui aspectos positivos e negativos, o que o aproxima do ensino presencial. No sistema EaD ou remoto o estudante possui maior flexibilidade de tempo, uma "ampliação do alcance geográfico proporcionado pelas tecnologias" e além de ser um sistema que estimula a autonomia do discente; de outro lado, no sentido dos aspectos negativos, observa-se elevadas taxas de evasão, um sentimento crescente de solidão por parte dos estudantes e também

dos professores, uma grande preocupação pela garantia de qualidade do curso que é ofertado e "as impossibilidades de acesso ligadas às enormes diferenças socioeconômicas entre a população brasileira" (RODRIGUES, 2020).

As discussões em torno do ensino EaD, e mais especificamente do ensino remoto, se intensificaram com o surgimento da pandemia de COVID-19 e com a necessidade do isolamento social. Nesse sentido, é importante e vale a pena ressaltar as diferenças existentes entre ensino EaD e ensino remoto. No EaD "desde o planejamento até a execução de um curso ou de uma disciplina, há um modelo subjacente de educação que ampara as escolhas pedagógicas e organiza os processos de ensino e de aprendizagem". Subsistem modelos teóricos, estudos metodológicos e outras características que servem de arcabouço, teórico e prático, para essa modalidade de ensino (RODRIGUES, 2020).

Diante da impossibilidade de serem realizadas as aulas no modelo tradicional, ou seja, presenciais, as instituições de ensino estiveram diante de um impasse: o de oferecer ou não as aulas na modalidade remota. A partir daí surgem diversos questionamentos acerca dessa modalidade de ensino, pois os estudantes "tinham como única experiência de educação formal a modalidade presencial". Daqui surge a problemática da confusão conceitual entre o EaD e o ensino remoto (RODRIGUES, 2020).

No caso brasileiro, com a interrupção das aulas presenciais nas instituições de ensino superior, uma série de medidas em caráter emergencial tiveram de ser tomadas para garantir a continuidade dos serviços de educação, uma dessas medidas foi a adoção do modelo de ensino remoto, que inicialmente foi rechaçado por grande parte dos educadores. A adoção das aulas remotas foi fundamental para que "as atividades não fossem paralisadas e os estudantes prejudicados em seu processo de aprendizagem", isso tudo

conforme a portaria nº 343 de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União (VERCELLI, 2020, p. 49). Conforme preleciona Justino:

> A necessidade de adaptação emergencial de muitas universidades para oferecer ensino de forma remota durante a pandemia levou a maioria dos alunos de cursos presenciais de graduação no Rio Grande do Sul a perceberem queda de qualidade nas aulas. Para 52% dos estudantes do Ensino Superior presencial na rede particular do Estado, houve significativa piora na transmissão de conteúdo neste período. Os dados fazem parte da pesquisa "O comportamento do aluno de Ensino Superior presencial durante a pandemia", divulgada nesta terça-feira (28) pela instituição de crédito universitário PraValer (JUSTINO, 2020).

Na pesquisa realizada pelo grupo Pravaler foram submetidos à entrevista cerca de 950 estudantes de instituições de ensino da rede particular das mais variadas regiões do Brasil, foram realizadas indagações acerca do ensino remoto no tocante a qualidade das aulas e ao tempo de estudo dedicado a modalidade de ensino virtual. Muitos alunos perceberam, ou melhor, tem como percepção que ocorreu uma queda de qualidade das atividades e aulas oferecidas, entretanto a maioria, cerca de 70%, deseja renovar a matrícula para o semestre seguinte (JUSTINO, 2020). De acordo com dados do Ministério da Educação (2020, online *apud* RODRIGUES, 2020). De acordo com Bielschowsky:

> Mas a dificuldade inicial é o preconceito ainda existente em relação ao modelo do ensino de educação à distância no Brasil. Para Bielschowsky, esse é um preconceito com fundamento, já que

> estima-se que em 2020 quase 50% dos alunos que ingressaram na educação superior, o fizeram em cursos de EaD de instituições privadas, boa parte destes avaliados com conceitos 1 ou 2 no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), indicadores da baixa qualidade dos cursos, além das altas taxas de evasão. Apenas um desses grupos privados tinha, em 2018, cerca de 463 mil alunos de EaD em cursos com conceitos baixos (BIELSCHOWSKY, 2020 *apud* BOMFIM, 2020).

Na melhor das análises a implantação desse sistema emergencial de ensino ocorreu na melhor das intenções, que é a de garantir a efetivação do direito à educação. Esse sistema pode ainda ser aprimorado por meio de mecanismos como os "projetos de estímulo e auxílio a estudantes e professores". Outro fator de grande influência é a questão da desigualdade socioeconômica, que se encontra diretamente relacionada com o fenômeno da evasão escolar, deve ocorrer uma mitigação desses fatores por meio de políticas públicas de incentivo a permanência e conclusão do curso superior (BOMFIM, 2020, online). Pode-se citar como exemplo de soluções encontradas para combater os problemas oriundos da implantação do ensino remoto, "a distribuição de chips para celular (UFRJ e UFC) e bolsas de auxílio permanência (UFRRJ e UnB)" (ROSA, 2020).

## REPENSAR A RELAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO

Os desafios de aprendizado envolvendo os discentes já são um problema corriqueiro na realidade brasileira, sendo agravado pela pandemia de COVID-19. "Pudera, já que se investe muito

pouco por aluno na educação pública, o que implica no fato de que os professores sejam mal remunerados e possuírem cargas excessivas de trabalho, além de as escolas serem mal equipadas" (PINTO, 2014 *apud* ZAJAC, 2020). A qualidade do ensino oferecido não depende somente de fatores como insumos e capacitação dos profissionais, mas também de fatores de ordem socioeconômica. O Brasil é uma país extremamente desigual, cerca de 16% da população brasileira não possui acesso à água encanada, 37% não possui acesso a coleta de esgoto e 3,5 milhões de pessoas sobrevivem com apenas R$ 145 por mês. Não é cabível tratar do tema qualidade da educação sem tecer o entendimento de que a mesma está relacionada com esses fatores (ZAJAC, 2020).

No tocante ao EaD, existem diversos problemas. Conforme a pesquisa TIC Domicílios realizada no ano de 2018, somente 42% dos domicílios brasileiros possuem computadores, nas classes "D" e "E" o acesso à rede de internet se dá exclusivamente pelo aparelho celular e apenas 13% "se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador". Essa é uma situação que, na normalidade, prejudica a garantia do Direito à Educação, situação que é agravada pela pandemia (ZAJAC, 2020).

Diante do contexto de pandemia ocorreu uma expansão da oferta de ensino remoto, que passou a fazer parte do cotidiano dos estudantes e professores. Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) ficou demostrado que 25 estados e o Distrito Federal (DF) atualmente utilizam essa modalidade de ensino. Em alguns estados é utilizada apenas a televisão para difusão do conteúdo, outros utilizam plataformas e há ainda aqueles que utilizam os dois formatos conjuntamente. A única exceção é o estado do Tocantins, onde as férias escolares foram antecipadas (SAMPAIO, 2020, online).

Tal cenário de pandemia, ainda não vivenciado no período moderno, demanda que "outras alternativas sejam propostas". O

EaD e o ensino remoto configuram modalidades que demandam organização, formação continuada e amplo investimento. Entretanto, essa modalidade de ensino não pode, de forma alguma, "ser uma alternativa do ensino presencial da educação básica" (ZAJAC, 2020). Ainda conforme preleciona Zajac:

> Essa vertente de ensino remoto é uma ótima alternativa para manter a concentração dos alunos para o estudo, manter o estímulo cognitivo ativado, promover debates e informações para além dos componentes curriculares, mas não para prosseguir com o ano letivo, como se estivéssemos em uma situação de normalidade. Outras alternativas são mais do que necessárias e vem sendo apresentadas por professores e pesquisadores que militam por uma educação de qualidade: atividades complementares nos finais de semana, término do ano letivo no ano de 2021, aumento da carga horária de aulas onde for possível e atividades extraclasse são boas opções. O que não é possível é tirar da escola a sua possibilidade de formação integral dos estudantes, e é imperativo que isso aconteça de forma presencial (ZAJAC, 2020).

O ensino de modo remoto não significa ensino EaD, embora também seja uma modalidade intrinsecamente relacionada com a utilização de tecnologias, mais especificamente da tecnologia digital. No ensino remoto é possível a utilização de plataformas já existentes e que são utilizadas para outros fins não voltados ao ensino. A aula remota permite que seja compartilhado o conteúdo programático em aulas "organizadas por meio de perfis", são exemplos de plataformas que podem ser voltadas para esse uso a SIGAA e o MOODLE, e ainda o HANGOUTS, o MEET, o ZOOM e diversas redes de interação social. Embora seja evidente que o

"ensino remoto comporta potencialidades e desafios, que envolvem pessoas, tecnologias, expertise e infraestrutura (GARCIA *et al.*, 2020, p. 3).

A crise provocada pela pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de as instituições de ensino superior estarem preparadas para o EaD e como é extremamente urgente tal mudança. Existe uma crescente adesão por parte dos estudantes ao ensino superior na modalidade EaD, o que significa que essa modalidade tende a crescer nos próximos anos (PROVA FÁCIL, 2020).

Tendo em vista os limites impostos pelas tecnologias, boa parte dos educadores e pesquisadores da educação ratificam a afirmação de que o ensino remoto, embora falho, é a única solução viável para a crise vivenciada. Logo existe também uma emergência na educação. O que irá fazer a diferença daqui para frente é a forma como as instituições vão se portar assim que seja possível o retorna das aulas presenciais. Essa atuação perpassa, de maneira inexorável, por conceber estratégias para recuperar o conteúdo perdido e não apreendido durante todos esses meses e "atuar de forma coletiva e compreensiva – fornecendo suporte emocional aos estudantes, que voltarão abalados pela situação – podem ser algumas soluções" (FLORES; ARNT, 2020). Conforme prelecionam Masschlein e Simons:

> Nós nos recusamos firmemente a endossar a condenação da escola. Ao contrário, defendemos sua absolvição. Acreditamos que é exatamente hoje – em uma época em que muitos condenam a escola como desajeitada à realidade moderna e outros até mesmo parecem querer abandoná-la completamente- que o que a escola é e o que ela faz se torna evidente (MASSCHLEIN; SIMONS, 2013 *apud* FREITAS FILHO, 2020).

Ademais, Freitas Filho aponta que:

> Repensar a escola, ressignificar os sentidos sobre o estar na escola e vivenciá-la em articulação com o ensino remoto, sugere vivenciar essa realidade virtual sem dispensar ou nos desfazermos da escola, e isso tem sido uma de nossas inquietações enquanto educador e pesquisador no campo da Educação. A mesma escola que aparentemente pode parecer atrasada no tempo e no espaço quando da não adequação às novas tecnologias e às potencialidades de uma educação não presencial, é a mesma escola que pode se ressignificar ou se reconstruir para se abrir às mudanças impulsionadas pelo contexto tecnológico-globalizado e seus recursos variados (plataformas, aplicativos, AVAs etc). Apostamos no entremeio, no entrelugar. Não dá para apostar em discursos extremistas ou dicotômicos, em um ensino remoto substituindo escolas e professores, nem nas escolas e professores 'virando as costas' para uma realidade que já faz parte do cotidiano escolar e dos seus processos de ensino-aprendizagem (FREITAS FILHO, 2020).

O receio das mudanças que estão por vir e até mesmo a saída da zona de conforto são desafios a serem enfrentados nos próximos meses, repensar a educação e encarar a realidade pandêmica é algo que deve ser feito conjuntamente por pesquisadores, professores, profissionais da educação e estudantes. Muitos indivíduos, em sua maioria descompromissados com a verdade e desconhecedores dos fatos, tentam culpar os professores e demais profissionais da educação pelos problemas relacionados às falhas do ensino remoto enquanto metodologia. A realidade socioeconômica dos brasileiros é extremamente dispare, o que resulta na não inclusão digital como regra geral. Os estudantes se encontram numa situação de

desigualdade no que se refere à conectividade e possibilidade de acesso ao ensino remoto, o que evidencia a necessidade de investimento maciço em ferramentas que possibilitem os estudantes em situação de vulnerabilidade acessarem o ensino remoto. No tocante aos professores, é fundamental o investimento na chamada formação continuada, inserindo na realidade dos mesmos a prática docente remota (FREITAS FILHO, 2020).

O que se percebe é que o ensino remoto enquanto metodologia possui inúmeras falhas, porém foi a única solução encontrada diante da crise pandêmica de COVID-19. É importante salientar que essa forma de ensino não substitui, de forma alguma, o ensino presencial, que o atual cenário deixa evidente que a desigualdade socioeconômica prejudica a garantia do direito a educação e que é fundamental aprimorar essa metodologia no sentido de corrigir os problemas existentes e efetivar a garantia do Direito a Educação.

É fundamental o investimento em tecnologia da informação, acesso a rede de internet, formação continuada de professores, melhoria das condições de trabalho e aprendizado e de um modelo didático emergencial que priorize a inclusão.

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, A. “Desafios da educação superior na pandemia”. **Portal Eletrônico da Academia Brasileira de Ciências** [2020]. Disponível em: <http://www.abc.org.br>. Acesso em: 29/09/2020.

DIAS, É; PINTO, F. C. F. “A educação e a Covid-19”. **Ensaio**: **Avaliação e Políticas Públicas na Educação**, vol. 28, n. 108, 2020.

FLORES, N.; ARNT, A. “Ensino Remoto Emergencial: não é só sobre acesso e equipamentos”. **Portal Eletrônico da UNICAMP** [30/04/2020]. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br>. Acesso em: 29/09/2020.

FREITAS FILHO, L. “Desconstruir a escola por meio do ensino remoto”. **Portal Eletrônico Justificando** [2020]. Disponível em:<https://www.justificando.com>. Acesso em: 30/09/2020.

GARCIA, T. C. M. *et al*. **Ensino Remoto Emergencial**. Natal: UFRN, 2020.

GRANDISOLI, E.; JACOBI, P. R.; MARCHINI, S. “Educação e pandemia: desafios e perspectivas”. **Jornal da USP** [12/08/2020]. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 26/09/2020.

JUSTINO, G. “Para 52% dos universitários no RS, qualidade das aulas piorou com ensino remoto”. **Gaúcha ZH** [28/072020]. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>. Acesso em: 29/09/2020.

PALÚ, J. “A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções”. *In:* PALÚ, J. *et al.* (orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2020.

PROVA FÁCIL “Ensino Online x Ensino Remoto: estamos prontos?”. **Portal Eletrônico Prova Fácil** [03/08/2020]. Disponível em: <https://www.provafacilnaweb.com.br>. Acesso em: 30/09/2020.

RIBEIRO, M. S. S.; SOUSA, C. M. M. “Aulas remotas e seus desafios em tempo de pandemia”. **Portal Eletrônico Pensar a**

**Educação** [10/06/2020]. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br>. Acesso em: 28/09/2020.

RODRIGUES, E. "Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia". **Revista Horizontes** [17/06/2020]. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br>. Acesso em: 29/09/2020.

ROSA, F. "Universidades se preparam para o ensino remoto emergencial". **Portal Eletrônico da AdUFRJ** [15/08/2020]. Disponível em:<https://www.adufrj.org.br>. Acesso em: 29/09/2020.

SAMPAIO, C. "Professores, pais e alunos apontam dificuldades e limitações do ensino a distância". **Brasil de Fato** [04/05/2020]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 30/09/2020.

SENHORAS, E. M. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

SILVA, J. "Quais são as possibilidades do ensino remoto?" **Portal Eletrônico da UESB** [S.l.], 2020. Disponível em: <http://www.uesb.br>. Acesso em: 30/09/2020.

VERCELLI, L. C. A. "Aulas remotas em tempos de Covid-19: a percepção dos discentes de um programa de mestrado profissional em educação". **Revista @mbiente Educação** [13/08/2020]. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br>. Acesso em: 30/09/2020.

ZAJAC, D. "Ensino remoto na Educação Básica e COVID-19: um agravo ao Direito à Educação e outros impasses". **Portal Eletrônica**

**da UFABC** [2020]. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br>. Acesso em: 30/09/2020.

# SOBRE OS AUTORES

# SOBRE OS AUTORES

**Ana Célia de Oliveira Paz** é licenciada e mestre em Educação. Doutora em Ciências da Educação, consultora e professora do Ensino Básico e do Ensino Superior. Email para contato: anaceliapaz2011@hotmail.com

**Douglas Souza Guedes** é graduando do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), Unidade Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Email para contato: dsouzaguedes@gmail.com

**Elói Martins Senhoras** é economista e cientista político, especialista, mestre, doutor e *post doc* em Ciências Jurídicas. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Website: www.eloisenhoras.com. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

**Fábio Viana Santos** é pedagogo e mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Chefe de Divisão de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Email: fabioviana.pedagogo@gmail.com

**Hercules Guimarães Honorato** é bacharel em Ciências Navais (Administração), especialista em docência do Ensino Superior e mestre em Educação. Atua como docente da Escola Superior de Guerra (ESG). Email para contato: hghhhma@gmail.com

# SOBRE OS AUTORES

**Luciana Mara Gonçalves Araújo** é graduada em Ciências Contábeis e mestre em Sociedade e Fronteira. Docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: luciana.araujo@ufrr.br

**Marcela Duarte-Herrera** é psicóloga, especialista em Família e mestre em Educação. Docente da Universidade del Valle e doutoranda em Psicologia pela Universidade del Valle. Email para contato: marcela.duarte@correounivalle.edu.co

**Mariana Oliveira da Costa Resende** é licenciada em Pedagogia. Especialista pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO). E-mail para contato: marianaoliveiradacostac@gmail.com

**Max André de Araújo Ferreira** é graduado em Ciências Contábeis, mestre em Sociedade e Fronteira e doutorando em Sociedade e Fronteiras. Docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: max.andre@ufrr.br

**Tauã Lima Verdan Rangel** é graduado em Direito, mestre e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Atua como docente Faculdade Metropolitana São Carlos, unidade de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). E-mail para contato: taua_verdan2@hotmail.com

# SOBRE OS AUTORES

**Tiago Melo de Oliveira** é pedagogo e mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor da Educação Básica e Presidente do Conselho Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Email para contato: tiagomelo9001@gmail.com

# COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/livros

Copyright © Editora IOLE
2021

# ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

**EDITORA IOLE**

**Coleção Comunicação e Políticas Públicas**

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2021